

Que país queremos?



Propostas de desenvolvimento para o Brasil



Economia Internacional

Luiz Carlos Prado

Questão Social

Francisco de Oliveira

Desenvolvimento

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Política Industrial | Infraestrutura

David Kupfer

ENERGIA

Adilson de Oliveira

Esta é uma publicação do
CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO

**"Que país queremos?
Propostas para o desenvolvimento do Brasil"**

Diretores:

LUIZ CARLOS THADEU DELORME PRADO – *Diretor-Presidente*
ROSA FREIRE D'AGUIAR FURTADO
CARLOS TIBÚRCIO
FABIO STEFANO ERBER
ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Superintendente executivo – PEDRO DE SOUZA
Assessor executivo – GLAUBER CARDOSO CARVALHO
Assistente de direção – ADRIANA GOMES DE CARVALHO
Assistente executivo – ALEXANDRE DA SILVA FRANÇA
Bibliotecária – ALINE BALUÉ

Edição – ROSA FREIRE D'AGUIAR FURTADO
(rosa@centrocelsofurtado.org.br)

Transcrição – ADRIANA GOMES DE CARVALHO
Projeto Gráfico – A 4 MÃOS COMUNICAÇÃO E DESIGN
Editoração Eletrônica – A 4 MÃOS COMUNICAÇÃO E DESIGN
Fotógrafo do debate – FERNANDO RABELO
Foto de capa – Rogério Reis/ Tyba

O debate, com produção de **Sonia Toledo**, se realizou no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2010.

Grafia atualizada segundo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Q3 Que país queremos? Propostas de desenvolvimento para o Brasil.
Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Debate. 3. Energia. 4. Distribuição de renda. 5. Política industrial. 6. Pré sal. 7. Inserção econômica. I. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

CDU 338.1(81)

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
Av. República do Chile, 100 – subsolo1, salas 15-17
20031-917 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel: (55 21) 2172-6312/6313
Site: www.centrocelsofurtado.org.br
Email: centro@centrocelsofurtado.org.br

Notas biográficas

Adilson de Oliveira

Engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP. Pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas-SP, doutorado em Economia do Desenvolvimento pela Université de Grenoble, e pós-doutorado pela University of Sussex. Atualmente é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor geral do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ.

David Kupfer

Mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro é professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também coordena o grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade. Atualmente é coordenador do programa de pós-graduação do Instituto de Economia da UFRJ.

Francisco de Oliveira

Doutor em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, foi superintendente adjunto da SUDENE na época em que Celso Furtado a dirigia, professor titular de sociologia da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, e presidente do CEBRAP. É autor, entre outros, de A economia brasileira: crítica à razão dualista, Elegia para uma re(li)gião, O ornitorrinco, A navegação venturosa.

Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor-Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, PhD em Economia pela Universidade de Londres, Ex-Conselheiro do Cade, Ex-presidente do Conselho Federal de Economia.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Professor titular da Universidade Estadual de Campinas, formou-se em direito pela Universidade de São Paulo, em 1965. Estudou ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade, entre 1963 e 1966, deixando de se graduar para ingressar no Curso de Desenvolvimento Econômico promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/Ilpes). Doutor pela Unicamp, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985 a 1987) e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (1988 a 1990). Autor de extensa obra publicada.

Ricardo Ismael

Doutor em ciência política, professor e pesquisador do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUC-RJ, coordenador de graduação do departamento de sociologia e política. Ex-engenheiro da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, foi membro da comissão sindical do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco.

Que país queremos?

Propostas de desenvolvimento para o Brasil



Uma eleição presidencial é momento que oferece ao país a oportunidade de debater erros e acertos do governo que termina e de definir propostas para o governo que breve se inicia. É quando os cidadãos mais se mobilizam em torno de assuntos que lhes são próximos, é também quando se põem à escuta e interpelam, procurando se informar sobre uma variedade de temas a fim de bem avaliar os candidatos. É momento de aprofundar a democracia – momento de esperança.

Foi com o duplo intuito de ouvir e propor que o Centro Celso Furtado promoveu, no dia 30 de agosto de 2010, no Rio de Janeiro, um seminário fechado com seis de seus sócios. Ouvir o que Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luiz Carlos Delorme Prado, David Kupfer, Francisco de Oliveira, Ricardo Ismael e Adilson de Oliveira, todos eles professores universitários e eminentes intelectuais, tinham a dizer sobre os problemas do país, a situação internacional, os desafios, foi um raro privilégio para quem presenciou, naquela manhã nublada de segunda-feira, as quatro horas de discussões densas e estimulantes que travaram. É um privilégio que compartilhamos nesta publicação, trazendo a todos a transcrição integral dos debates.

Mas nessa hora em que, após oito anos de governo do presidente Lula, o país se prepara para eleger seu sucessor, o intuito é também propositivo. Nossos sócios, que generosamente aceitaram o chamado, dedicaram-se com lucidez e rigor a pensar o futuro e apresentar propostas que, consideram, devem ser implementadas pelos próximos governantes. Elas estão aqui. Prontas para ser encaminhadas aos

candidatos à Presidência da República e a todos os que, no próximo mês, pleiteiam um cargo eletivo.

Já em 2006, o recém-criado Centro Celso Furtado elaborou uma Carta do Desenvolvimento que foi entregue aos presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva, Heloisa Helena, Geraldo Alckmin e Cristovam Buarque. Nela se propunha uma agenda que fosse além da estabilidade obtida no primeiro governo Lula (2002-06) e que retomasse o desenvolvimento. Agora, essa agenda se atualiza e incorpora novas preocupações, problemas de complexidade crescente, uns que se agravam, outros que estão longe de ser resolvidos.

O patrono do Centro Celso Furtado estudou como poucos o Brasil e as raízes do desenvolvimento. Como poucos soube explicar que este país está fadado a ser próspero mas é inviável se não for socialmente homogêneo. A essa convicção dedicou o melhor de sua inteligência e de sua ação na esfera pública. Que o centro que leva seu nome se empenhe nesse combate por um país harmonicamente desenvolvido é algo que se inscreve em seus princípios fundadores.

Agradecemos às jornalistas Cássia Almeida, repórter do caderno de economia, Cristina Alves, editora de economia – ambas do jornal *O Globo* – e Sonia Toledo, assessora de imprensa e produtora do seminário, a ajuda que nos deram para o êxito do encontro.

Rosa Freire d’Aguilar Furtado

Dez propostas para 2011

L. G. BELLUZZO: BALANÇO DE PAGAMENTOS E PRÉ-SAL



A principal questão que temos de enfrentar, do ponto de vista macro, nos próximos meses, é a coordenação entre a política fiscal, monetária e cambial. Não podemos mais apostar, de maneira nenhuma, numa crise de balanço de pagamentos nesse curto espaço, um cuidado especial tem que ser dado à questão do câmbio.

Já que vamos falar aos candidatos, é fundamental que se mantenha o sistema de partilha [do pré-sal], porque ele administra os recursos corretamente e o ritmo de exploração. Não podemos dilapidar essas reservas de maneira irresponsável, por quisermos ter muitos ganhos de curto prazo.

LUIZ CARLOS PRADO: MERCOSUL E MULTILATERALISMO



A América do Sul não pode ser um espaço em que geramos superávits comerciais. Os outros países vão ter que estar integrados na produção brasileira, o que implica que a política industrial tem de ser regional para, em última instância, nos permitir alavancar nossas exportações para o resto do mundo.

Vamos tentar aumentar nas esferas multilaterais o poder relativo não apenas do Brasil mas dos países em desenvolvimento no jogo do poder global. Precisamos de um pouco de clareza sobre as variáveis fundamentais para nós. Na esfera dos órgãos multilaterais, o que queremos? Para que queremos mais algumas cotas do FMI? É para mantê-lo como está ou para mudá-lo?

ADILSON DE OLIVEIRA: RENDA DO PETRÓLEO E GERAÇÃO DE EMPREGOS



Agora, que breve teremos um governo novo, deveríamos discutir quem está se apropriando das rendas do petróleo e da energia elétrica. Só a venda do petróleo, *royalties* e participações especiais chegam a mais de 40 bilhões de reais por ano. Ora, 40 bilhões de reais por ano dá para fazer coisas sensíveis e sensatas, e dá para fazer uma acomodação tributária. Precisamos discutir a utilização dessa renda.

A indústria do petróleo gera muitos empregos de qualidade, oferece oportunidades para criar empregos de alta qualidade, que nós não estamos criando. Estamos começando a importar mão-de-obra qualificada para trabalhar no Brasil e os nossos jovens estão sem espaço! Há um grande déficit na política de inovação.

DAVID KUPFER: POLÍTICA INDUSTRIAL E MACROECONOMIA



Temos necessariamente que fazer escolhas, e imagino que a chance de uma política industrial bem sucedida para a próxima década é a construção institucional da capacidade de o Estado fazer as escolhas relevantes, olhando adequadamente os desafios existentes, os espaços existentes e o tempo adequado de maturação, de colheita desses resultados.

Na visão prospectiva e propositiva a respeito da política industrial, pode-se trabalhar com um cenário em que o mix macroeconômico vai melhorar e de algum modo vamos conseguir escapar dessa equação atual de juros altos e câmbio valorizado, que é um fator limitante para uma política industrial.

FRANCISCO DE OLIVEIRA: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E FEDERALISMO



A inviabilidade do país foi superada. Resta saber qual é a viabilidade da nação. E aqui entra a questão do social e da distribuição de renda, que é vital. Que país queremos? Todas as demais condições podem ser satisfeitas, mas não é automático que produzam uma sociedade digna desse nome. A principal preocupação dos candidatos hoje, governantes amanhã, deverá ser, por formas bastante inventivas, o ataque ao problema da distribuição da renda. Atacá-lo vigorosamente, de todas as formas, quem sabe por meio dos enormes excedentes de renda petrolífera, da renda da energia elétrica.

Temos que quebrar o gargalo da política social. O próximo presidente deve tê-lo como um desafio diário na sua mesa. E a segunda coisa é tratar o Brasil como uma federação. O país não é um império. É uma federação, decidida por cidadãos livres que decidiram viver juntos. A Universidade de São Paulo forma por ano centenas de mestres e doutores que vêm de outras regiões. Isso está à disposição do país e nós somos tímidos nesse ponto de vista. Por que isso tem que ficar restrito a São Paulo? O próximo presidente tem uma missão inescapável.

Debate

Ricardo Ismael – Bom dia a todos, estamos aqui hoje para apresentar a mesa *"Desenvolvimento em pauta: propostas para o Brasil"*. Estão conosco o professor **Luiz Carlos Prado**, presidente do Centro Celso Furtado e professor do Instituto de Economia da UFRJ, o professor **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo**, que foi o primeiro presidente do Centro Celso Furtado e é professor da Unicamp. Aqui também está o professor **Adilson de Oliveira**, do Instituto de Economia da UFRJ, o professor **David Kupfer**, do mesmo Instituto, e o professor **Francisco de Oliveira**, que dispensa apresentações e é um dos grandes pensadores do Brasil na área de ciências sociais.

Falarão primeiro os que vão discorrer mais sobre o quadro macroeconômico. É claro que isso não é uma "camisa de força", cada um terá a oportunidade de desenvolver seu tema da maneira que achar melhor. Assim, o professor Luiz Gonzaga Belluzzo abrirá a mesa, seguido do professor Luiz Carlos Prado. Depois damos a palavra ao professor Adilson de Oliveira e ao professor David Kupfer, que trabalhariam mais numa perspectiva microeconomia. E o professor Francisco de Oliveira terminaria a rodada, mais focado na questão social. Passo a palavra para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que vai falar da questão do desenvolvimento.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo – Para falar do quadro macroeconômico, devo fazer referência às transformações recentes, importantes, que ocorreram na economia internacional. Nos últimos trinta anos tivemos a construção de um espaço geoeconômico. Em geral os economistas não ligam muito para essa questão e a macroeconomia está marcada por um descuido dessa questão das transformações geoeconômicas, ou seja, a mudança de eixo da economia internacional, que nos últimos 20 anos apresentou uma característica fundamental para se entender o sucesso e o fracasso das políticas recentes: a construção do espaço a que chamo de sino-americano. É impossível compreendermos o dinamismo e a crise da economia internacional sem nos debruçarmos sobre essa questão pungente que é transformação do espaço sino-americano, que também compreende a Europa e sua dificuldade de se encaixar dinamicamente nesse espaço geoeconômico. Apesar de os EUA ainda terem, do ponto de vista do valor agregado industrial, uma participação maior que a chinesa, do ponto de vista do valor bruto da produção industrial a participação das importações na economia americana está crescendo muito, a penetração das importações está crescendo muito. E isso desde os anos 80, quando ainda não era a China mas



A China é um "animal diferente". E esse "animal diferente" dotou a economia mundial de outra configuração, de um outro movimento das suas relações.

L. G. Belluzzo

A CONFIGURAÇÃO MUNDIAL

“Os Estados Unidos perderam muitos empregos na área industrial nos últimos 30 anos. Isso tem a ver com as reformas chinesas. A China adotou uma estratégia claramente neomercantilista, valendo-se da criação das zonas mais abertas ao comércio exterior para executar uma política que combina o máximo de controle sobre as variáveis-chaves. Eles têm acumulação de reservas, dinamismo das exportações, incorporação de contingentes cada vez maiores no setor urbano, uma capacidade absurda de construir infraestrutura.”

L. G. Belluzzo

“Há uma tendência a um fechamento da Europa em torno dos seus mercados, uma possibilidade de certa retomada de um protecionismo americano, uma introjeção da economia chinesa e a necessidade, portanto, de a China vir a disputar até mesmo os mercados aqui na nossa vizinhança, como já está acontecendo.”

David Kupfer

“O preço relativo das manufaturas está despencando de uma maneira impressionante. Tanto na indústria automobilística, como nos eletroeletrônicos, nas máquinas e equipamentos. Temos aí uma nova força deflacionária na economia mundial.”

L. G. Belluzzo

eram os outros asiáticos que faziam esse papel. Tivemos a convergência entre baixa inflação e crescimento modesto dos salários nos EUA e uma deterioração muito clara na criação de novos empregos.

É óbvio que os EUA perderam empregos na área industrial nos últimos 30 anos. Isso tem a ver com as reformas chinesas, que se deram quase simultaneamente à transformação mais importante no fluxo de capitais nos mercados financeiros. A China adotou uma estratégia claramente neomercantilista, valendo-se da criação das zonas mais abertas ao comércio exterior para executar uma política que combina o máximo de controle sobre as variáveis-chaves. Quais são as variáveis-chaves da política chinesa? O setor externo da economia, ou seja, a competitividade das suas exportações e a taxa de câmbio e, por outro lado, eles se valeram da imensa capacidade de criação de crédito do seu sistema financeiro público. Isso faz uma enorme diferença, pois o sistema público financeiro chinês está fortemente ligado ao processo de acumulação de reservas. Temos acumulação de reservas, dinamismo das exportações, incorporação de contingentes cada vez maiores no setor urbano, uma capacidade absurda de construir infraestrutura, e tudo isso financiado frequentemente com crédito bancário. A China é um “animal diferente”. E esse “animal diferente” dotou a economia mundial de outra configuração, de um outro movimento das suas relações.

Fiz esse preâmbulo para dizer o seguinte: o processo de desenvolvimento chinês é singular pela sua dimensão mas, ao mesmo tempo, apenas ampliou aquilo que estava ocorrendo já nos anos 70 com a expansão da empresa americana e a abertura do mercado americano para as exportações dos países asiáticos. Esse processo de *catching-up* foi sucessivamente incorporando países ao seu desenvolvimento. E esse período foi exatamente quando o Brasil saiu de uma fase de crescimento relativamente acelerado, porque até o final dos anos 80 nós crescíamos em média 7% ao ano – mesmo depois da crise do petróleo –, mas adotou políticas quase que inversas, no sentido de que procuramos dar uma resposta à crise do petróleo de 1973 através do salto para a frente e do endividamento externo. Depois da crise da dívida, passamos 20 anos estagnados. Foram os 20 anos, aliás, que deram origem aos livros mais recentes do professor Furtado, como *Brasil: a construção interrompida*. Ele percebeu claramente que aquele período do desenvolvimentismo tinha “ido às favas”, desculpem a expressão pouco acadêmica. Foi uma grande contribuição dele se dar conta de que essas transformações tinham feito de nosso desenvolvimentismo dos anos 50 uma coisa obsoleta, e é basicamente sobre isso que eu quero falar.

A não integração internacional, do meu ponto de vista está fora de questão. O problema é saber como se integrar a esse novo espaço criado pela expansão do capitalismo americano e

Formação cultural não é um apêndice, não é uma questão de ilustração, é uma questão de auto-compreensão. Você compreender o mundo em que está vivendo.

L. G. Belluzzo

por sua interação com as outras economias. O Brasil fez uma tentativa de adotar acriticamente as políticas do Consenso de Washington, que, aliás, não recomendava que se deixasse o câmbio valorizar, e recomendava que no período favorável de crescimento tivéssemos uma política fiscal mais austera. E agora temos uma discussão que, provavelmente, vai se prolongar, sobre o que fazer com esse mix fiscal-monetário, e o que fazer com o câmbio. Porque não podemos esquecer que a expansão desse *clustering* manufatureiro na Ásia, que agora está desbordando para o Vietnã e para outras regiões próximas, provavelmente não será contida e vai se caracterizar por uma dificuldade de se enfrentar a competitividade das manufaturas chinesas e asiáticas em relação ao resto do mundo.

Eu estou dando um curso para os professores da Unicamp sobre essa questão. As relações de troca entre manufaturas e produtos primários mostraram uma evolução que é exatamente inversa àquela vista por Raúl Prebisch. O preço relativo das manufaturas está despencando de uma maneira impressionante. Tanto na in-

dústria automobilística, como nos eletroeletrônicos, nas máquinas e equipamentos. Então temos aí uma força deflacionária na economia mundial. E agora temos os outros competitivos e neomercantilistas asiáticos que estão ingressando no mercado.

Fiz toda essa digressão para dizer que, por enquanto, a política macroeconômica brasileira está sobrevivendo – não sei por quanto tempo – com as coisas desalinhas: o câmbio valorizado, por um lado, e por outro uma política monetária excessivamente rigorosa que tem a ver com a política fiscal mal administrada. Esse mix fiscal-monetário e cambial está nos conduzindo a uma situação de risco, que certamente nós vamos ter que enfrentar nos próximos meses, e com muita clareza. O que espanta é que tanto as posições ortodoxas em relação ao ajuste macroeconômico quanto o keynesianismo, eu diria bastardo, não percebem exatamente qual é a relação que existe hoje entre o sistema financeiro e monetário, portanto o crédito, que é o canal fundamental através do qual a economia moderna se expande. A maioria dos textos de

macroeconomia não contempla uma só palavra sobre o crédito. O que aconteceu recentemente nos EUA foi que a política monetária estava excessivamente concentrada na estabilidade e não se deu conta dos efeitos que ela produzia sobre o sistema financeiro privado, sobre os incentivos equivocados que foram dados ao sistema financeiro privado.

E aqui no Brasil a discussão está muito centrada em fazer ou não fazer o ajustamento, quando na verdade devemos olhar dinamicamente para as relações entre expansão do crédito, gestão da dívida pública e administração da política anti-inflacionária. Eu diria que esse é o nó central que vamos ter que enfrentar: a relação do câmbio, a gestão da dívida pública. E sem jogar a taxa de juros para baixo nós não vamos conseguir desvalorizar o real. Mas qual é a nossa vantagem? A nossa vantagem advém de um fenômeno que ocorreu, em boa medida a despeito da nossa vontade, que foi a acumulação de reservas, por conta de nossa posição como exportadores de *commodities*. Não há nenhum obstáculo inarredável para que não se possa ter ao mesmo tempo uma política industrial satisfatória e a exportação de *commodities*. Não há nenhuma razão, esse conflito só pode surgir se adotarmos as perspectivas equivocadas. Estou falando isso a propósito da proximidade do pré-sal. Não são muitos os países que gozaram do benefício natural de descobrir reservas importantes de recursos naturais, e nós temos uma diversidade impressionante delas.

Dadas as características da economia mundial, vamos gozar desse privilégio durante muito tempo. Acho que essa é uma das razões pelas quais devíamos mobilizar a política econômica para formular objetivos de política industrial que adensem a nossa cadeia produtiva. Não preciso dar um exemplo óbvio, que foi o dos EUA como exportador de *commodities*, e que ao mesmo tempo se industrializou. É verdade que numa época com alto grau de proteção. Os EUA foram certamente o país mais protecionista do mundo desde o *Relatório sobre manufaturas* do nosso Hamilton. Eles se tornaram favoráveis ao mercado – não sei ainda por quanto tempo, por que estão começando a reclamar – quando viraram economia dominante, o que é normal. Mas o Brasil não tem ainda essa posição, embora tenha melhorado muito essa posição internacional. E tem de cuidar de uma administração macroeconômica, o que não é nenhum segredo.

Para terminar, quero dizer uma coisa que está me preocupando ultimamente em relação ao desenvolvimento, e que não tem nada a ver com macroeconomia. É a questão da educação e da cultura no Brasil. Uma das grandes contribuições do Celso Furtado nos últimos trabalhos dele foi levantar essa questão da cultura. Confesso que na época que li os livros não me dei conta da importância da contribuição dele, porque hoje em dia o que eu vejo é um risco tremendo de o Brasil se tornar uma espécie de *EUA over*. Um país com grande desenvolvi-

mento econômico mas com uma sociedade completamente massificada, estupidificada, como estamos observando ao longo desses últimos anos. Nós temos que discutir, sim, o papel das novas mídias, dos meios de comunicação de massa porque não vale a pena ter uma sociedade economicamente desenvolvida e culturalmente subdesenvolvida. É o que estamos começando a observar com essa simplificação das questões, esse desprezo pela formação cultural das pessoas. Formação cultural não é um apêndice, não é uma questão de ilustração, é uma questão de auto-compreensão, compreender o mundo em que você está vivendo. O que eu vejo hoje com muita preocupação é o fato de que os jovens estão cada vez mais mesmerizados pelas celebridades, pelo noticiário sumário a respeito das coisas, pelo baixo nível da discussão política e intelectual no país e isso pode surgir até com o nível de educação formal mais avançado, mas sem que se dê aos jovens essa formação mais humanística de auto-compreensão, de entendimento da sua situação no mundo. É uma observação que não tem nada a ver com a macroeconomia mas tudo a ver com a sociedade, que é o que mais nos interessa.

Cássia Almeida – O senhor falou que a política macroeconômica está sobrevivendo com coisas desalinhasadas, o que nos conduzirá a uma situação de risco que teremos de enfrentar. Que tipo de riscos haverá nos próximos meses?

Belluzzo – O problema maior é o déficit de conta corrente, que está crescendo a grande velocidade. É uma questão de saber se as perspectivas da economia brasileira podem continuar açodando os investidores a financiar esse déficit. Não sei por quanto tempo, mas parece que a situação não é tão clara assim. Tem gente que diz que não tem problema, que 40, 50 bilhões a gente financia. Talvez a perspectiva que o Brasil tem nessa área, com o projeto do pré-sal, estimule os investidores, mas acho que nos próximos 2 ou 3 anos, se nós deixarmos o déficit prosseguindo nesse nível de crescimento, teremos problemas. Uma outra coisa é que a qualidade desse financiamento está piorando um pouco, porque está caindo o que é investimento direto e está aumentando o investimento de portfólios aqui, por causa do rearranjo dos portfólios lá. O que está acontecendo lá fora? Os títulos americanos de 10 anos estão abaixo de 3%, estão em 2,60%, e isso, na verdade, com o movimento que os bancos centrais fizeram de comprar os títulos privados. Parece que o Fed vai continuar fazendo isso, porque a coisa lá está difícil. É muito difícil limpar aquela sujeira toda que eles criaram, com os derivativos de crédito. Então o Tesouro americano vai continuar emitindo títulos e eles compram porque a economia está travada pela liquidez. É muito parecido com o que ocorreu no Japão na década de 90. Talvez a ação do Banco Central americano seja mais efetiva. O problema é que se nós mantivermos a nossa taxa

de juros como está, provavelmente eles continuarão a fazer arbitragem entre as duas moedas, para não falar do iene, que é também uma fonte de financiamento. Mas a gente nunca sabe, nesses casos, se o déficit de conta corrente aumenta muito, nunca sabe qual é o momento do *sudden stop*, ou seja, da saída. Isso para não falar da preocupação que está se vendo nos meios empresariais brasileiros em relação à indústria, em relação ao desmanche de certas cadeias produtivas e à substituição de produção doméstica por importações. Muitas empresas já trazem da China equipamento com as instruções em português, com tudo em português, não tem problema. Só que elas desmontam a linha de produção. Então isso é um risco enorme. Aliás essa questão de valorização cambial, com déficit... as pessoas gostam porque viajam para o exterior, as coisas ficam realmente mais baratas, e elas compram importados. Já tivemos essa experiência várias vezes: com o Dutra, logo depois da guerra, com o nosso Fernando Henrique... ele realmente conseguiu terminar com a era Vargas: fez a era Dutra. E esse conservadorismo do Banco Central, essa miopia do Banco Central brasileiro – não estou falando nem da política monetária, estou falando da execução da política cambial – não o deixa perceber que temos meios de impedir que isso ocorra, "botando areia" nesse processo de valorização, e também através da regulação que pode ser feita nos mercados futuros.

Luiz Carlos Prado – Nosso objeto aqui é a questão de economia do desenvolvimento. Vou recuperar a origem do debate do pós-guerra sobre a economia do desenvolvimento, com um primeiro artigo sobre o tema, ainda durante a guerra, da autoria de Rosenstein-Rodan, chamando a atenção para o problema da industrialização da Europa central e oriental. Foi a primeira vez que surgiu a expressão "economia subdesenvolvida". De lá para cá nós temos mais de 6 décadas sobre esse tema e já dá para dizer que algumas lições foram aprendidas. A primeira é que não há desenvolvimento sem Estado, aliás, desde a Revolução Industrial, talvez com exceção da Inglaterra.

Francisco de Oliveira – E nem sem a Royal Navy...

Prado – Pois é, nem nesse caso... Mas o Estado sempre foi fundamental no processo de transformação da economia em direção a uma outra situação que hoje chamaríamos de país desenvolvido ou de economias industrializadas. Independentemente da posição política, a forma de intervenção do Estado muda, mas o papel do Estado esteve sempre presente. Um segundo eixo desse debate ao longo do tempo, com diversos enfoques, mais conservadores, menos conservadores, é o papel do sistema jurídico, do comportamento das burocracias, das convenções de negócios, do comportamento dos diversos grupos que atuam dentro da sociedade, dos diversos momentos históricos etc. E a terceira questão é o



Não há desenvolvimento sem Estado, aliás, desde a Revolução Industrial, talvez com exceção da Inglaterra.

L. C. Prado

O BRASIL

“A dívida que tenho com minha região diz que, tal como Celso Furtado afirmava, o Nordeste não pode ser pensado caritativamente. Não são políticas compensatórias que resolvem, é preciso ter um sentido de história mais amplo, de longa duração.”

Francisco de Oliveira

“O Brasil deve discutir a questão do desenvolvimento, seja pelo aspecto mais econômico, seja pelo aspecto mais social. Do ponto de vista histórico, há uma evolução desse conceito. Em cada fase da história política e econômica brasileira ele encontrou uma certa definição e certas características. Nosso desafio agora é suscitar o debate sobre qual desenvolvimento queremos para o Brasil nos próximos anos.”

Ricardo Ismael

“O Brasil fez uma tentativa de adotar acriticamente as chamadas políticas do Consenso de Washington, que, aliás, não recomendavam que se deixasse o câmbio valorizar, e também recomendavam que no período favorável de crescimento – o que não tivemos de fato – adotássemos uma política fiscal mais austera.”

L. G. Belluzzo

mercado, ou seja, de que maneira o Estado, dada uma determinada estrutura institucional, atua sobre o funcionamento do mercado.

Vale a pena chamar a atenção para um debate em torno do qual se fez muita confusão na década de 90, que é o debate sobre a intervenção do Estado na economia: é um debate sobre a economia de mercado, não sobre economias de comando, no sentido de que, em tese, numa economia socialista as decisões são centralizadas, o Estado toma as decisões fundamentais. A discussão sobre a intervenção do Estado é uma discussão sobre se os mercados são autorregulados ou se de alguma maneira o Estado deveria não só corrigir as falhas de mercado mas atuar onde o mercado não é capaz de informar as decisões dos agentes econômicos. A queda do muro de Berlim foi irrelevante para o debate sobre a intervenção do Estado na economia. Ele é muito anterior a essa questão e prossegue até os dias de hoje. Também vale a pena ver a literatura econômica que chama a atenção para o fato de que na verdade o Estado cria mercados, ou seja, não há uma oposição entre Estado e mercado nas nossas economias, pelo contrário, eles tendem a ser convergentes, e, mais uma vez, o que se discute é a natureza da intervenção, como ela ocorre, com que consequência.

Trazendo agora o debate para o que nós estamos tratando, que é a inserção internacional do Brasil, eu queria colocar duas dimensões distintas: primeiro, a das políticas públicas, chamando a

atenção para o fato de que, quando se discutem política de comércio exterior, política industrial, política de concorrência, política cambial, nada mais é do que aquilo que no passado se chamava de política de desenvolvimento. Não é possível fazer uma política industrial sem levar conta a estratégia que se tem para a política de concorrência, a regulação das agências reguladoras, a atuação do Cade. Fui conselheiro do Cade. Nós tivemos o caso de duas empresas transnacionais que queriam se fundir no país, o que criaria um monopólio no caso específico brasileiro. Elas mostraram que a empresa era extremamente eficiente. A planta era mais eficiente do que outras em outros lugares do mundo, portanto poderia concorrer internacionalmente com eficácia. Isso sem falar da questão dos rendimentos crescentes etc. Em tese se justificaria a fusão, mas quando se via a tarifa, se você autorizasse a concentração, a diferença que havia entre as duas, de 14%, iria direto para o bolso do empresário em prejuízo do consumidor. Havia uma clara contradição entre a política comercial e a política de concorrência. Em contrapartida, só se pode mexer em tarifas se se tem uma política cambial consequente. Portanto, não dá para separar essas dimensões.

Historicamente, o Brasil não tinha outra alternativa para crescer a não ser se industrializar, ou seja, a exportação de produtos primários não era suficiente para gerar renda que aumentasse o consumo da população brasileira. Curiosamente, o maior

crítico da industrialização brasileira foi Eugênio Gudin, sempre dizendo que a industrialização era uma coisa forçada no Brasil. Quando ele foi ministro da Fazenda, na época do Café Filho, teve de ir negociar a dívida externa brasileira nos EUA; foi muito bem recebido mas não conseguiu os recursos suficientes. Na volta, manteve a taxa de câmbio múltipla e fez a famosa Instrução 113 da Sumoc, que será a base da industrialização do Juscelino. É uma das grandes ironias da história que o maior crítico da industrialização brasileira tenha criado as bases institucionais da industrialização moderna. A crise externa obrigava: para crescer eu tenho que, de alguma maneira, proteger a indústria, ou então todo o consumo brasileiro terá de caber dentro da quantidade de divisas que temos.

Porque eu estou falando isso? Porque acho que pela primeira vez, se o pré-sal for o que se anuncia, poderemos ter divisas para nos desindustrializarmos, isso é um grande risco.

Belluzzo – Chuva de dinheiro, como dizia o Celso.

Prado – É um grande risco. Antes nós não podíamos fugir à industrialização, porque não tínhamos divisas para isso. Hoje, se é verdade o que se diz do pré-sal, ele vai gerar muitas divisas. Bresser-Pereira tem chamado muita atenção para a questão de doença holandesa. É uma discussão complexa, mas tem um ponto muito rico: a existência de duas taxas de câmbio em economias como as nossas. Aquela que

é suficiente para equilibrar a balança comercial ou as transações correntes e aquela que é relevante para viabilizar um processo autossustentado na industrialização. A China já integrou, digamos, 400 milhões de pessoas, mas ainda estão "fora" uns 900 milhões... Temos também a Índia, cuja população vai breve passar a população chinesa. Tudo isso vai demandar volumes crescentes de *commodities*, o que é bom para nós, mas não é suficiente. Ou seja, não dá mais para termos a situação atual, com uma política cambial passiva, que eventualmente pode ser financiável, mas cuja determinação da taxa de câmbio tem a ver com o movimento de capital e não com a questão do comportamento da balança comercial e muito menos com o que é fundamental: uma estratégia de política econômica, que envolve essas variáveis de que falei aqui. Qualquer estratégia de política econômica na área externa pressupõe saber o que eu quero fazer da minha indústria, o que eu quero fazer para obrigar o industrial a concorrer, porque se ele tem proteção e não está submetido ao ambiente concorrencial, não vai investir em inovação, não vai fazer os gastos que a sociedade exige.

Portanto, o problema que se coloca para a inserção internacional do Brasil é saber o que nós queremos nos próximos anos para a sociedade brasileira. Não é apenas questão de saber se as contas externas são sustentáveis, é questão de saber se elas são sustentáveis para quê: como se inserem em outras políticas públicas? Isso passa

A queda do muro de Berlim foi irrelevante para o debate sobre a intervenção do Estado na economia. Ele é muito anterior a essa questão e prossegue até hoje.

L. C. Prado



também pela questão da distribuição de renda, pela questão da educação e por outros problemas que não podem ficar à margem em uma discussão. Não é mais possível se ter a qualidade de ensino primário e secundário que temos hoje. Isso implica em aumentar muito o gasto desses dois setores, sem retorno no curto prazo, porque vamos precisar de pelo menos uma geração para melhorar. Vamos precisar ser persistentes, com um gasto muito elevado, pois a curto prazo o esforço não vai parecer significativo. E quanto à esfera cultural, é um elemento que não pode ser propriamente quantificado, mas que levanta uma questão também

na área de inserção internacional, principalmente no que se refere à questão das novas mídias. Por exemplo, temos de discutir a TV por assinatura, o jornalismo via Internet para lidarmos com a penetração de empresas internacionais, por exemplo, em portais jornalísticos. Que tipos de implicações isso tem? Isso é uma questão que passa pela economia, pois implica um crescimento muito grande do mercado internacional de serviços, mas passa também por uma questão de identidade nacional.

E aqui faço um parêntese sobre uma das grandes dificuldades nossas de exportar cultura, seja cinema ou programas de televisão. O português tem um espaço de atuação relativamente pequeno, somos nós, alguns países da África e Portugal. Se nós falássemos espanhol, teríamos um mercado como tem por exemplo a Televisa, pois há um mercado em espanhol nos EUA. Como televisão, é a maior abaixo do Rio Grande, embora não seja tão grande como uma televisão brasileira, mas tem os outros mercados. Então, mais uma vez, quando se fala em política de comércio internacional, a discussão passa por esses lados.

Outro ponto é a diplomacia brasileira no período recente. Considero uma vitória a diplomacia brasileira vir tentando criar politicamente um continente, que é a América do Sul, ou seja, separando-o da ideia mais abstrata de América Latina e Caribe. E de certa maneira, criando uma divisão entre essas duas regiões,

uma na qual a presença brasileira seria mais ativa, e outra região em que a influência brasileira seria menor. Essa diplomacia tem se dedicado à criação de fóruns internacionais, como o Unasul, tem marcado o papel da política de comércio exterior nas políticas de integração física e também nas relações internacionais, no plano político. Isso nos traz um grande desafio. Primeiro, as já tradicionais dificuldades ligadas ao Cone Sul, ao Mercosul, pois sem haver integração de política e desenvolvimento, o Mercosul é sempre insuficiente. Não é possível se ter uma união alfandegária sem coordenação de política cambial. Não é possível se ter uma união alfandegária sem algum tipo de coordenação de política industrial, de política de concorrência. Para não falar de maior integração cultural e outras coisas do gênero. Mas pelo menos na área econômica as dificuldades são patentes. Por outro lado, a sociedade brasileira vai ter de aceitar que essas relações com a América do Sul serão necessariamente assimétricas, ou seja, o Brasil deverá ter uma postura – aí enchamos de aspas... – de alguma generosidade, no sentido de aceitar um tratamento desigual em benefício do próprio país. Porque puxar o desenvolvimento da região é fundamental para reforçar a posição internacional do Brasil, e também no plano doméstico abrir o espaço econômico comum.

Chamo atenção para algumas dificuldades práticas que nós temos nessa relação. Enquanto a China tem um imenso superavit com o resto do

mundo e tem déficit na sua região, a nossa posição é inversa: temos um déficit com o resto do mundo e superavit na região, ou seja, enquanto a China distribui o seu sucesso econômico, no nosso caso temos puxado um pouquinho as divisas dos nossos vizinhos e transferido para o exterior. Isso não é sustentável no longo prazo se quisermos ter boas relações com os nossos vizinhos. De alguma maneira a nossa inserção terá que ser mais parecida com a da China e menos com a da nossa posição atual. Isso implica mudar completamente nossa estratégia nessa região, o que não é muito fácil de fazer. Como vamos fazer, eu não sei, mas isso certamente vai ter que estar na agenda nos próximos anos.

O Brasil tem atuado com bastante ênfase na tentativa de mudar algumas posições de poder na esfera internacional, por exemplo na posição das cotas do FMI, que é tradicionalmente desigual para os países em desenvolvimento. Vem também atuando no que se refere à questão das novas formas de governança mundial, como o G20, que por ser mais amplo será certamente muito mais conflituoso que o G7 ou o G7 + 1. Isso passa por um aumento de conflitos, o que nunca é simples. Assim, nossa agenda internacional inclui reorganizar as nossas relações com os vizinhos na América do Sul, saber que tipo de inserção vamos ter na reorganização do poder em esfera global, para estabelecermos a nossa viabilidade a médio e longo prazo como uma economia em desenvolvimento, ou seja, com nossas políti-

cas públicas, cambiais, de comércio exterior, de política industrial, agindo de forma integrada para viabilizar o crescimento econômico pelo menos durante uma geração.

Cássia – O Brasil está tentando ter uma presença maior em termos globais, como a oitava economia do mundo, com 200 milhões de habitantes. Temos esse poder? O Brasil pode ser um grande *player* internacional ou ainda se trata de uma liderança muito regional que vai se manter assim?

Prado – O Brasil no fluxo de comércio internacional é muito pequeno, mas é importante em outra agenda, a ambiental. Essa é uma questão nova, o Brasil certamente é um *player* importante nessa esfera. Na reorganização do comércio internacional, principalmente em Doha, o Brasil passou a ter um papel muito importante, junto com a Índia, a China, outros países em desenvolvimento, reforçando sua posição. Na área econômica o papel do Brasil será muito maior do que era no passado. Mas no que se refere às questões geopolíticas, de política externa, não há dúvida de que a nossa esfera de influência é a América do Sul, e essas outras inserções são pontuais, podendo ser feitas mas sempre de maneira muito cautelosa. O Brasil não é uma potência global no plano militar nem político, certamente tem influência na América do Sul e eventualmente no Atlântico Sul, no resto do mundo dificilmente será expressiva.

CHINA, MERCOSUL

“Não é possível ter uma união alfandegária sem coordenação de política cambial, de política industrial, de política de concorrência. E a sociedade brasileira vai ter de aceitar que as relações com a América do Sul sejam necessariamente assimétricas, isto é, o Brasil deverá ter uma postura de certa generosidade, no sentido de aceitar um tratamento desigual em benefício do próprio país. Enquanto a China tem um imenso superavit com o resto do mundo e tem déficit na sua região, a nossa posição é inversa: temos um déficit com o resto do mundo e superavit na região, ou seja, enquanto a China distribui o seu sucesso econômico, nós temos puxado um pouquinho as divisas dos nossos vizinhos e transferido para o exterior. É uma necessidade nossa crescer num espaço econômico mutuamente satisfatório.”

L. C. Prado

“Muitas empresas já trazem da China equipamento com as instruções em português, com tudo em português, não tem problema. Só que elas desmontam a linha de produção. Então isso é um risco enorme.”

L. G. Belluzzo



Quem vai ter acesso ao pré-sal brasileiro? As grandes empresas americanas, os chineses e os indianos, as empresas brasileiras? Quem vai organizar esse mercado?

Adilson de Oliveira

Adilson de Oliveira – A questão de energia é crucial nessa perspectiva de integração internacional do Brasil. Houve uma mudança radical no cenário energético mundial e no brasileiro pelo fato da descoberta do pré-sal, mas também pelas questões ambientais. Hoje temos condições muito favoráveis para produzir energia renovável, com as grandes hidrelétricas. Mas temos a Amazônia, com a questão ambiental que volta à tona, e também a da industrialização. Muitos dos temas que nós vamos discutir aqui passam pela questão energética. A restrição da década de 50, que era um grande obstáculo nosso, tanto do ponto de vista hidrelétrico como do suprimento de eletricidade, está superada. Hoje, definitivamente a questão do racionamento está afastada, pelo menos no próximo quinquênio não há nenhum risco de racionamento, a menos que haja um cataclismo geográfico. Ademais, temos recursos para, por mais 30 anos, levar à frente o nosso crescimento econômico sem restrição, seja do ponto de vista de combustíveis fósseis, seja do ponto de vista hidrelétrico.

Outras restrições estão surgindo, pois estamos na iminência de uma transição energética. Na década de 70, houve a crise do petróleo mas o mundo se reacomodou com o off-shore. Hoje, há as questões ambientais e a discussão sobre uma nova forma de nos reorganizarmos, em particular do ponto de vista geopolítico, como mostrou o diagnóstico do Belluzzo. Os EUA não têm mais o controle sobre o

suprimento de petróleo do mundo, esse é o fato fundamental. A guerra no Iraque deixou claro que eles tentaram e tentam, mas efetivamente hoje perderam o controle disso. É claro que vão procurar retomar, e para isso têm a primeira, segunda, terceira... todas as frotas do mundo. Mas a dificuldade militar é grande, estão saindo do Iraque quase que tocados, e não por deliberação própria. A guerra no Afeganistão é insuperável e eles precisam do Afeganistão para tirar o petróleo do Casaquistão e dos países vizinhos. A saída do petróleo é um problema.

Enquanto isso, temos uma importante vantagem comparativa: um sistema energético que tem tanto as fontes renováveis – os biocombustíveis – como as fontes antigas, não renováveis. Então temos condições favoráveis para organizar esse processo de transição. E organizá-lo não apenas no Brasil mas em toda a América do Sul, porque toda a América do Sul tem a mesma constituição energética que tem o Brasil. Temos condições de organizar esse mercado e criar uma posição mais favorável. Mas para isso – e volto ao que disse Belluzzo – é preciso pensar na industrialização. Não vamos ser exportadores de matérias-primas, está certo? Essa condições favoráveis do ponto de vista energético permitem ao Brasil pensar em criar um espaço industrial novo. E aí temos vantagens e dificuldades. A boa notícia é que o pré-sal é para valer! Temos de tirar do nosso horizonte que isso é um factóide. Não é um factóide. O pré-sal é uma realidade que pode ser tão

grandiosa quanto se imagina e pode ser menor, mas é uma realidade significativa. E uma discussão fundamental é o ritmo em que vai se extrair. É fundamental pensar, em particular em termos de industrialização, que ritmo adotaremos, porque se fizermos no ritmo que está sendo veiculado, provavelmente a maior parte dos benefícios vai acabar se esvaindo para fora do país. E, além disso, essa questão tem um fluxo tributário muito significativo de que as pessoas não se dão conta: são 40 bilhões de reais por ano que vão entrar. Ninguém discute o que vai se fazer com esse dinheiro, só se fala qual estado ficará com o dinheiro. A discussão é sobre quem vai controlar o dinheiro, mas não o que se vai fazer com o dinheiro. Não tem ninguém discutindo se vamos resolver o problema da educação, ou o problema regional, ou o problema da inovação. É um dinheiro que ainda nem conseguimos dimensionar porque não sabemos o ritmo da exploração. Essas são questões cruciais, que infelizmente nesse período eleitoral não se veem nos debates. Parece que ninguém quer meter a mão na cumbuca e discutir problemas reais do país.

Temos uma oportunidade fantástica do ponto de vista energético, temos condições muito favoráveis para nos inserir de forma mais favorável no cenário internacional, mas não há dúvida de que haverá e já há uma luta óbvia por quem vai controlar ou por quem vai ter acesso ao pré-sal brasileiro. Serão as grandes empresas americanas, serão os chineses e os in-

dianos, serão as empresas brasileiras? Quem vai organizar esse mercado? Aparentemente seria a Petrobras mas criou-se uma outra empresa chamada Pré-sal que ninguém sabe exatamente o que é, como vai ser estruturada. E aí já entramos no problema de definir claramente quem vai organizar esse mercado. Se é a nova empresa, se é a Petrobras ou se é o governo, porque na verdade não devia ser nem a Petrobras nem a Pré-sal, devia ser o governo, que é o legitimamente eleito para decidir o que vai fazer. No passado isso foi delegado à Petrobras, quando achávamos que não tínhamos petróleo, mas agora temos. Há como mudar essa perspectiva.

Há também o problema da desorganização da política tarifária de energia. As tarifas elétricas brasileiras são as mais altas do mundo. Temos as condições mais favoráveis e as tarifas mais altas do mundo! O preço do gás natural no Brasil é o mais alto do mundo e isso está impactando a indústria, com o que chamamos de "tesoura". Vem o câmbio e bate de um lado, vem a tarifa elétrica e bate do outro. E justamente nas indústrias de base, como o aço, o alumínio, a petroquímica. O regime de tarifas que foi adotado faz com que as tarifas elétricas brasileiras vão crescer inexoravelmente nos próximos cinco anos, pelo menos, 25%, e por quê? Porque o regime adotado é um regime de preços e tarifas, contratam-se em leilões tarifas indexadas por 30 anos. Então temos 30 anos com tarifas já previsíveis, que são mais altas, enquanto

Precisamos criar uma dinâmica de inovação vinculada ao pré-sal, e que ela seja espalhada para o resto da economia, e isso exige política industrial.

Adilson de Oliveira

O PRÉ-SAL

“Não são muitos os países que gozaram do benefício natural de descobrir reservas importantes de recursos naturais. Dadas as características da economia mundial, vamos gozar desse privilégio por muito tempo. Essa é uma das razões pelas quais devíamos mobilizar a política econômica para formular objetivos de política industrial que adensem a nossa cadeia produtiva.”

L. G. Belluzzo

“A boa notícia é que o pré-sal é para valer! Temos de tirar do nosso horizonte que isso é um factóide. Não é. É uma realidade que pode ser tão grandiosa quanto se imagina e pode ser menor, mas é significativa. E há um fluxo tributário de 40 bilhões de reais por ano que vão entrar. Ninguém discute o que vai se fazer com esse dinheiro. A discussão é sobre quem vai controlá-lo, mas não o que se vai fazer com o dinheiro. Não tem ninguém discutindo se vamos resolver o problema da educação, ou o problema regional, ou o problema da inovação. São questões que não se veem nos debates eleitorais.”

Adilson de Oliveira

“O ritmo de exploração do pré-sal não é fácil de ser determinado, porque sabemos apenas que não deve ser muito rápido a ponto de dilapidar as reservas existentes, mas não pode ser tão lento que nos leve a observar o fim do ciclo do petróleo, o que vai inexoravelmente ocorrer num horizonte não tão distante assim. Tampouco podemos ficar com essas reservas intocadas para as gerações futuras, quando provavelmente o petróleo não terá tanto valor quanto tem na atualidade.”

David Kupfer

“Cuidado, estamos falando de pré-sal como se ele anunciasse o paraíso. Isso é perigoso, e não por causa da doença holandesa, mas porque atrás do pré-sal vai se montar toda uma nova estrutura burguesa, toda uma nova estrutura de interesses que, sem dúvida, sem uma ação política rigorosa não levará a nenhuma melhoria de distribuição de renda.”

Francisco de Oliveira

no resto do mundo a perspectiva é de queda tarifária, inclusive porque os preços dos combustíveis estão caindo. Não sei o que o governo pensa em fazer para resolver esse imbróglio. Porque se aumentar 25%, boa parte do parque industrial – a base das cadeias produtivas, que é o pessoal que produz vidro, aço, alumínio – vai parar os investimentos e vamos começar a importar os bens. E quase sempre se começa importando o aço, e depois o carro feito de aço... O vidro, o aço estão sendo feitos na China ou na Coreia. As importações de automóveis estão crescendo.

Temos aqui uma grande oportunidade, histórica. Mas a estamos dilapidando, com tarifas não competitivas, porque adotamos um regime de subsídios cruzados que está destruindo o sistema tarifário elétrico brasileiro. Nós estamos produzindo hoje 2 milhões de barris por dia e queremos, até 2020, 5 milhões de barris por dia. O parque industrial brasileiro não tem condições de suprir essa demanda de equipamentos. Vamos comprar, já estamos comprando, lá fora? Onde é que as multinacionais do petróleo conseguem conhecimento sobre a exploração do pré-sal? No mercado brasileiro. Para onde vão depois? Para o mercado da África. Vão vender lá fora todo o conhecimento adquirido no Brasil, porque não temos uma política de inovação voltada para uma política industrial articulada aqui dentro.

Para terminar, repito que temos uma oportunidade fantástica, e temos de fato condições muito favoráveis

mas a fantasia está desorganizada, o mix de câmbio, preço, política industrial não está voltado para organizar isso. Espero que o novo governo que será eleito, faça uma mudança substancial na política atual, para não perdermos uma oportunidade histórica.

Cássia – Temos energia suficiente para desenvolver o parque industrial e mantê-lo e inová-lo, mas não temos preço para isso. Como fazer? Teremos de mudar a legislação?

Adilson de Oliveira – Os preços que estão sendo praticados não são competitivos, o que faz com que o nosso parque industrial tenha que resolver o problema aumentando sua produtividade de forma significativa. Se apertarmos mais ainda o câmbio, o industrial que já está estrangulado pelo câmbio, não vai poder prosseguir. Uns mais outros menos, os ganhos de produtividade são relativamente limitados, então a tarifa é fundamental, porque preços de energia elétrica, gás e derivados, combustível principalmente, se difundem por todas as estruturas econômicas. Pode-se fazer alguma coisa? Pode. Mas o governo vai ter que mexer em algumas peças desse sistema, por exemplo, nos subsídios cruzados. Na tarifa elétrica tem uma massa de subsídios cruzados que vão para diferentes segmentos e acabam penalizando o parque industrial. Para dar um exemplo: existe um subsídio cruzado significativo para abastecer certas regiões do país com tarifas elétricas baratas, como o Norte, onde

existem estruturas sociopolíticas que fazem com que você aumente os preços para poder ganhar nos impostos locais. São coisas em que se deverá mexer. Em segundo lugar, tem-se um regime tributário extremamente penalizador para as atividades produtivas. Ora, a tributação não deve ser feita sobre a cadeia produtiva, mas sobre o consumo. Qualquer economista vai lhe dizer que não tem o mínimo sentido penalizar quem está investindo para subsidiar o consumo. Por exemplo, temos tarifas elétricas que não são progressivas, então chega o verão e o pessoal de alta renda põe o ar condicionado nas alturas, e é preciso manter o suprimento elétrico dele, mas na verdade essas tarifas são defasadas em relação ao custo do suprimento. Há uma série de mudanças a ser feitas.

Outro tema a ser discutido é o ritmo em que a Petrobras está querendo levar a expansão da produção de petróleo. Isso faz com que seja necessário um fluxo de caixa muito forte, porque você não quer se endividar demais, e como o fluxo de caixa tem que ser elevado, você acaba mantendo preços que são um pouco acima daqueles que poderiam ser praticados caso se quisesse promover a industrialização. As discussões têm de levar em conta duas orientações. Uma delas é que queremos fortalecer o parque industrial, esse é o objetivo central. A outra é que precisamos organizar o mercado na América do Sul. Grosso modo, o governo tem tido até uma política favorável nessa direção, mas ainda não construiu uma política sólida

com relação à articulação entre os países da região.

Sonia Toledo – O senhor falou em gerar impostos, mas qual é o valor das próprias reservas, avaliadas em 10 trilhões? Esse dinheiro fica no Brasil? Tem chance de sair? O que vai acontecer? Tem a capitalização, tem a Pré-sal, que no caso é uma competição com a Agência Nacional de Petróleo. O que eu pergunto é, primeiro, quem vai determinar o ritmo dessa exploração? E, segundo, esse petróleo fica ou sai do Brasil? Se é uma aposta para a energia ficar no Brasil é um cenário, se é para sair, é outro cenário.

Adilson de Oliveira – O Brasil consome hoje 2 milhões de barris por dia. Mesmo que cresça 7, 6% ao ano, durante 10 anos, nosso consumo chegará a 3,3 milhões de barris por dia. Se pretendemos produzir 5 milhões, certamente 1,7 milhão tem de ir para fora, exportado. Uma parcela significativa da expansão vai ser exportada por razões técnicas, não tem outra alternativa. Se isso vai beneficiar o país ou não, depende da capacidade de internalizar o efeito industrializante desse processo. Nós temos duas dimensões, uma é criar a capacidade industrial e a outra é que esse setor tenha uma capacidade de irradiar inovação para o resto da economia. Então precisamos criar uma dinâmica de inovação vinculada ao pré-sal, e que ela seja espalhada para o resto da economia, e isso exige política industrial. Não é uma coisa que vai surgir naturalmente, o

mercado não vai dar conta desse processo, ao contrário, vai levar isso para fora do Brasil. Dos anos 1980 para cá já são cerca de 30 anos de experiência com a exploração de petróleo no mar, e o que ficou no Brasil? Muito pouco. Estamos produzindo hoje cerca de 1,5 milhão de barris por dia, no mar. Não é pouca coisa. Hoje produzimos muito pouco desse equipamento no Brasil. Boa parte é importada, não conseguimos internalizar. Agora é a oportunidade, inclusive porque com o pré-sal do Brasil, estamos na fronteira da tecnologia, seremos certamente 20% a 30% desse mercado mundial nos próximos 30 anos. E o resto do pré-sal está basicamente na costa ocidental africana, onde temos vantagens enormes para podermos nos fazer presentes. A Embrapa está em Gana e em diversos países da região, temos que saber aproveitar essa oportunidade.





A indústria brasileira está no estágio intermediário. Não é avançada, mas tampouco é incipiente. Estamos no meio do caminho e o meio do caminho é cheio de armadilhas.

David Kupfer

David Kupfer – Vou aprofundar alguns temas que foram abordados anteriormente, com foco na indústria. O Belluzzo foi muito feliz ao colocar o centro de toda a análise dele no espaço sino-americano e concluir, entre outras sugestões importantes, com a inevitabilidade da integração. A pergunta já não é se se deve integrar ou não, mas como será essa integração. O Prado também conclui com a necessidade de revisão da atuação estratégica do Brasil na América do Sul, especialmente. E sugere que se deve pensar alguma forma de o Brasil deixar de ser um competidor com seus vizinhos e passar a atuar em um plano de colaboração diferente. O Adilson também colocou a necessidade de se constituir esse eixo de estrutura regional, não apenas para permitir mais negócios, mas como uma saída importante para a equação de problemas relativamente dramáticos que afetam a estrutura brasileira.

Vou chegar a essa questão da integração por um ponto de vista que traz elementos da análise de situação da indústria brasileira. O quadro macroeconômico brasileiro é favorável para se realizar a política industrial, e mesmo que não seja ainda ideal ou bom, é um dos melhores se olharmos em perspectiva histórica, pois poucas vezes tivemos a oportunidade de realizar políticas industriais com prazo de maturação tão longo. Talvez no governo Dutra tivéssemos tido essa oportunidade, que foi desperdiçada com um plano de pouco impacto, que nada propunha e nada conseguiu construir

de concreto. Atualmente, temos reservas – e o grande inimigo da política industrial no Brasil sempre foi o quadro latente ou explosivo de vulnerabilidade externa. A escassez de divisas nos obrigava a termos um conjunto de políticas de resultado rápido. O que chamo de imperativo da competitividade resultou, na década de 80, num conjunto de intervenções na atividade produtiva que não foram muito bem sucedidas na época e trouxeram um custo de longo prazo muito grande. A reserva de mercado da informática é talvez o caso mais acabado.

A questão da China, dos EUA e, em segundo plano, da Europa, da zona do euro – o que o Belluzzo chama de espaço sino-americano, geoeconomia sino-americana – me parece central, tanto para os diagnósticos como para encontrar uma saída adequada para o desenvolvimento industrial brasileiro. A China nos oferece a oportunidade de uma certa tranquilidade de balanço de pagamentos, uma inserção passiva em que cada vez mais forneceremos matérias-primas para o sistema chinês de produção, que hoje em dia envolve outros países asiáticos. E compraremos da China as demais mercadorias, inclusive as manufaturas. E essa tendência chinesa, que já era anterior à grande crise de dois anos atrás, aparentemente é reforçada pelos efeitos da crise no reordenamento da economia mundial. Na verdade, há uma tendência a um fechamento da Europa em torno dos seus mercados, uma possibilidade de certa retomada de um protecionismo americano, uma intro-

jeção da economia chinesa e a necessidade, portanto, de a China vir a disputar inclusive os mercados aqui na nossa vizinhança, como já está acontecendo. Tendo em vista os diferenciais de competitividade entre a atividade industrial chinesa e a brasileira, não teríamos condições sequer de manter ou preservar as posições existentes, e passaríamos para o papel de fornecedor de matérias-primas. Como a China tem um projeto de indústria muito completo e tem interesse nas matérias-primas mais básicas, então nós vamos retrocedendo: petróleo bruto e nunca derivado, soja em grão e nunca derivado, celulose em bruto e nunca o papel, e assim nem sequer as etapas de primeiro processamento vamos conseguir preservar no Brasil.

Qual é a nossa questão? A indústria brasileira está no que vem sendo chamado de um estágio intermediário. Não é avançada, mas tampouco é incipiente. Estamos no meio do caminho e o meio do caminho é cheio de armadilhas. Temos setores bem constituídos, outros muito mal constituídos, outros ausentes, mas o que me parece importante, pelo menos como tema para discussão, é tentar imaginar em que medida estamos ainda capturados mentalmente pela ideia de indústria nascente. Houve um grande consenso desenvolvimentista, que vem das ideias originais de Prebisch, no sentido de que a lógica da política industrial era voltada para a indústria nascente. É isso que precisamos reformular. A ênfase na indústria deve ser mantida mas não mais dentro da lógica, da estraté-

gia e dos instrumentos da indústria nascente. Temos de pensar a política industrial de um sistema industrial intermediário, que é o estágio do momento. E o estágio intermediário é mais difícil porque é necessário construir coisas novas e preservar coisas antigas, abrir mão de projetos que não têm mais como evoluir, e fixar políticas mais complexas e instituições mais sofisticadas. Parece-me claro que essa indústria intermediária não deve mais ser considerada incompleta. Ela tem essa característica, e setores como os do conjunto da eletrônica, em que conseguimos avançar pouco, devem ser dados como elementos que são e permanecerão relativamente ausentes, ao invés de se tornarem necessariamente o foco de ações novas. E, acima de tudo, já estamos observando uma estrutura produtiva que é simultaneamente exportadora e importadora, que recebe investimento externo como sempre recebeu, mas também agora é origem de investimento de empresas brasileiras no exterior.

Temos, portanto, um quadro completamente diferente daquele que existia anteriormente, em que se imaginavam setores vocacionados para exportar, setores vocacionados para a ação da empresa transnacional. Isso tudo, aos poucos, está deixando de existir, e no estágio intermediário em que a indústria se encontra talvez seja exatamente este o centro da reflexão que tem que se fazer para definir as novas orientações de política. Essas novas orientações de política trariam – e agora devo falar em Schumpeter –

ENERGIA E POLÍTICA INDUSTRIAL

“As rendas econômicas geradas no setor de energia são gigantescas e estão sendo dilapidadas por interesses de curto prazo, que têm uma impressionante voracidade de acumulação. Esse dinheiro é renda da população. O território é nosso, e no entanto as rendas estão sendo concentradas, canibalizadas.”

Adilson de Oliveira

“O Brasil é um continente, tem problemas internos formidáveis que estão muito longe de ser resolvidos, e portanto a política industrial deverá ter a sabedoria de trabalhar com alvos distintos. Apoiar um setor não é mais o que era no passado. Não se trata de apoiar uma indústria nascente no Brasil e sim de apoiar uma cadeia produtiva que tem ramificações internacionais. Muito dinheiro público brasileiro financiou iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento tecnológico de empresas que depois foram compradas por preços risíveis por transnacionais.”

David Kupfer

“Na área da metal-mecânica, da eletro-eletrônica, da informática, vamos ter com o pré-sal uma demanda enorme e teremos de fazer uma política industrial a partir daí. Podemos aproveitar a oportunidade para qualificar a indústria brasileira que o Kupfer corretamente chamou de intermediária.”

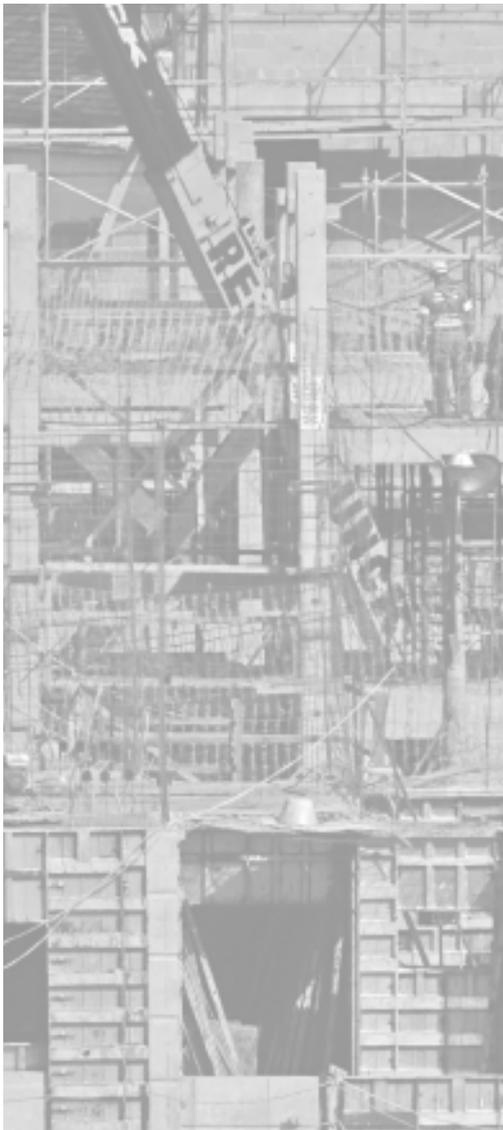
L. G. Belluzzo

“Pelo menos no próximo quinquênio não há nenhum risco de racionamento, a menos que haja um cataclismo geográfico. Temos recursos para, por mais 30 anos, levar à frente o nosso crescimento econômico sem restrição, seja do ponto de vista de combustíveis fósseis, seja do ponto de vista hidrelétrico.”

Adilson de Oliveira

mudanças muito importantes na concepção da política, que teria de sair da busca de competitividade (a qual é um resultado, e portanto tem a ver com o imperativo que mencionei antes), para a busca de construção de competências, de capacitações. E isso exige prazo. Por sorte, neste momento temos mais tempo para fazer políticas de mais longa maturação. Mas ao mesmo tempo precisamos de novos instrumentos e talvez até de novas instituições, porque essa nova estrutura produtiva que importa e exporta, que recebe capital estrangeiro, capital transnacional e é origem de empresas transnacionalizadas, tem desafios de execução de política. Um desses desafios vai bater exatamente na questão da integração. O que está em questão aqui? Do ponto de vista da produção industrial global, existe o modelo asiático de produção, esse comandado pela China hoje, que é uma modificação em relação ao que o Japão construiu ou tentou construir na Ásia no passado, e no qual ia-se pegando o rumo da especialização vertical ou da produção industrial fragmentada. As empresas e os países onde as empresas estão sediadas se especializam em elos da cadeia e as mercadorias viajam pesadamente durante o sistema de produção. Um componente é feito em um país, outro componente é feito em outro, e não existe uma montagem final como anteriormente, e sim uma sequência de atividades de elaboração que vai se dispersando entre um conjunto de países.

Este é um sistema de integração produtiva bastante sofisticado, e significa que você necessariamente depende da eficiência, das boas condições industriais dos seus parceiros para que o seu produto seja igualmente bem feito. De certo modo, isso tem implicações nos processos de integração, pois os países têm que ir além da integração comercial. A integração passa a ser mais de mercado, para que permita mais escala, que vai trazer maior produtividade e eficiência. A integração começa a ser motivada por questões de lógica da produção, de busca de maior eficiência produtiva. E, portanto, temos cadeias produtivas que vão se distribuir internacionalmente. Estou pensando em um modelo asiático que é muito baseado em eletrônicos. Mas na América do Sul, no Brasil e nos seus vizinhos, temos uma produção muito mais colada em recursos naturais, e por isso provavelmente é difícil antever como esse esquema vai se passar nesse conjunto de setores. De todo jeito, isso significa que as formas de apoiar a indústria brasileira envolverão apoio simultâneo às indústrias parceiras que estão em outros locais. Se do ponto de vista dos setores enxergamos essa fragmentação, do ponto de vista da empresa é um processo ainda mais dramático. O que chamamos de empresa flexível é uma empresa internacional que atua em vários países, com uma pauta vasta de produtos, que usa vários insumos e tem flexibilidade de sourcing, consegue comprar barato ou produzir, tem flexibilidade de receitas porque pode ven-



der em vários mercados, em várias moedas, pode se financiar em vários sistemas financeiros nacionais, e na medida que vai se tornando cada vez mais dependente vai ficando, além de flexível, mais volátil. As empresas então se associam em parcerias, fazem e desfazem posições, vão se tornando portfólios e tornam também o objeto da ação da política industrial algo mais difícil de ser configurado. E nesse caso, nós temos um mundo novo em termos de se pensar a política industrial do ponto de vista pragmático de realização, porque temos de fugir da velha dicotomia entre apoiar o setor ou apoiar a empresa. Apoiar o setor não é mais o que era no passado. Não se trata de apoiar uma indústria nascente no Brasil e sim apoiar uma cadeia produtiva que tem ramificações internacionais, e apoiar a empresa não é mais aquele problema de definir capital nacional ou não, sede no país ou não. Muito dinheiro público brasileiro financiou iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento tecnológico de empresas que depois foram compradas por preços risíveis por transnacionais.

Esse mapa é complexo porque traz muitos elementos novos, e temos de pensar uma política industrial não mais para uma indústria nascente mas para uma indústria que está constituída, com suas insuficiências e seus potenciais, e tem que extravasar o território brasileiro, estabelecer conexões internacionais e, ao mesmo tempo, que é formada por empresas com estruturas patrimoniais relativamente voláteis e que não podem ser desconsideradas

nesse momento. Entendo que ao longo da última década tivemos três processos em andamento, dois deles virtuosos e um deles vicioso. Um dos processos virtuosos é o círculo virtuoso da expansão do mercado interno e um novo paradigma de aumento do acesso. Poderia chamar de paradigma da universalização do acesso ao padrão de consumo que existe no mercado interno, com enorme potencial de dinamização. Boa parte do crescimento recente vem daí, e isso pode ser ainda a fase inicial de uma mudança que atingirá níveis mais elevados. Houve também um segundo círculo virtuoso importantíssimo, que foi o da reestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Estamos conseguindo passar por um período de crescimento puxado pelo mercado interno, que induz investimentos e, ao mesmo tempo, traz uma melhora na renda real do trabalho, nos salários e no grau de formalização. Quer dizer, é um nítido processo de reestruturação do mercado de trabalho, que alimenta portanto o círculo virtuoso do mercado interno mencionado acima. O círculo vicioso é o da especialização regressiva da atividade industrial, que se traduz num aumento do peso das commodities, tanto nas exportações, onde é muito visível, como, de forma ainda não tão visível, na estrutura produtiva, na matriz produtiva propriamente dita.

Temos então de pensar em projetar um processo de desenvolvimento industrial. É importante vermos a indústria dentro de uma perspectiva mais ampla em que exista uma estrutura

Gostaria de trazer para o debate um mundo que ainda é pequenininho, infelizmente, mas será cada vez maior: o mundo da economia do conhecimento.

David Kupfer

que realize ou exerça um triplo papel. A estrutura exerce um papel de demanda, o qual, em termos práticos, ela não vem exercendo e que precisa ser retomado. Temos um hiato de estrutura, um déficit muito grande. Ele provavelmente vai motivar em algum momento uma onda de investimentos de grande proporção na construção dessa estrutura, mas o fundamental é que se pense em estrutura como demanda para o desenvolvimento industrial. Aquela nossa indústria intermediária incompleta vai ter mais condições de avançar ali onde puder se organizar como fornecedora para esse ciclo de expansão de estrutura. Mas a infraestrutura tem um outro papel: ela forma custos e parte da competência que se precisa construir no sistema industrial, de modo que o uso da infraestrutura como demanda não pode se dar a qualquer preço. Isso cria um problema de natureza diferente. O terceiro papel da infraestrutura, fundamental, é que, dado o atraso acumulado, ela tem um papel estruturante tanto do ponto de vista da indústria como do ponto de vista do investimento no Brasil. Se incluirmos aí a estrutura urbana, isso ganha proporções imensas para podermos definir os potenciais dos caminhos existentes.

Enfim, gostaria de trazer para o debate um mundo que ainda é pequenino, infelizmente, mas será cada vez maior: o mundo da chamada economia do conhecimento. No Brasil ele é diminuto porque não tivemos competência para criar esse ramo da economia, esse conjunto de atividades

produtivas. A economia do conhecimento tem o mesmo triplo papel da infraestrutura. Ela traz demanda para uma indústria mais qualificada, na medida em que os setores intensivos no uso de conhecimento – educação, saúde, cultura, tecnologias de informação – a demandem. Ela também é geradora de custos para a atividade industrial, e também é estruturante na atividade industrial. Temos de pensar nesses eixos, e não somente no desenvolvimento industrial. Por exemplo, devemos pensar na agroindústria, com seu potencial enorme de desenvolvimento no Brasil, no sistema de insumos básicos, que tem sua vida assegurada pelo ciclo de preços que parece que será muito duradouro graças à demanda chinesa, numa indústria mecânica, que poderá ou não ir para a frente na medida em que consiga se conectar com essa infraestrutura, numa indústria eletrônica, que poderá progredir caso se ligue a essa economia do conhecimento, e numa indústria tradicional pesadamente empregadora, e que é a principal perdedora desse processo de especialização regressiva em curso.

Cássia – Todas as políticas que têm sido anunciadas pelo governo o são por intermédio do BNDES. O sr. acha que é o caminho certo? Tem que ampliar mais? Como o senhor vê o BNDES nesse papel de financiador?

David Kupfer – Vejo que o BNDES está onerado, está carregando, para usar uma expressão popular, um piano enorme, porque a nossa capacidade de

fazer política industrial foi sendo desmontada, primeiro pela grande crise de estagnação da década de 80 e depois por ações políticas de tentativa de criação de um outro arcabouço na relação entre Estado e economia. O fato concreto é que não temos muitos instrumentos de política industrial que possam ser manejados para apoiar o desenvolvimento da indústria. Evidentemente, com a capacidade de financiamento que tem, o BNDES está sendo convocado a atuar em múltiplas frentes e, nesse caso específico, para mim sinaliza que o arcabouço institucional de uma política industrial brasileira ainda está muito no início em termos de reconstrução. Idealmente deveríamos ter mais instituições com capacidade de ação que pudessem compartilhar ou dividir esse trabalho. No entanto, isso ainda não se conseguiu nesses cinco anos ou um pouco mais de retomada das iniciativas de política industrial brasileira.

Francisco de Oliveira – Agora chegou a hora do “patinho feio”. O social é sempre pendurado nos outros setores, mas em homenagem à memória do nosso patrono Celso Furtado eu peço perdão pelo fato de que não tenho propriamente propostas para o Brasil. O meu diagnóstico é muito pessimista, ao contrário do nosso patrono e meu mestre na vida pública, que era de um otimismo quase incurável. Então, se em alguma parte ele estiver me ouvindo, perdão pelo pessimismo, mas quanto ao social, a esse eterno “patinho feio”, falarei o seguinte. A moder-

nização brasileira, com industrialização, urbanização, enfim, com todas as suas características, tentou acompanhar o passo do Ocidente – não vou falar do Oriente, porque nós o conhecemos muito pouco, embora a China agora seja referência – tentou implementar um programa que eu diria – estando aqui ao lado do meu amigo Belluzzo – que era menos keynesiano e mais polanyiano. Isto é, seguindo os passos dos principais países ocidentais tentamos fazer com que fosse a política que controlasse a economia, para não correr os riscos que Polanyi apontava, da mercantilização da força do trabalho, da mercantilização da terra e da mercantilização do dinheiro. O Brasil fez isso com enorme esforço, criando suas instituições de previdência social, criando a regulação do mercado da força de trabalho, de forma precária ainda, nos anos Vargas, criando uma Sumoc, que depois deu origem ao Banco Central. Enfim, tratava de cercar aqueles pontos que Polanyi apontava como os riscos que a sociedade devia evitar. Isso traduziu-se, no Ocidente desenvolvido, pelo chamado “estado do bem-estar”.

Nosso esforço de seguir essa carreira foi parcial, porque o campo ficou sempre descoberto. Ironicamente, foi a ditadura que criou a previdência social do campo. Mas de qualquer maneira, havíamos chegado a um ponto razoável. A Constituição de 1988 avançou mais, criou um sistema universal de saúde que, por mais crítica que se faça, é um sistema cidadão. Até que chegou o vento neoliberal. Esse vento neoli-



Resolvemos ser competitivos à custa do social. Mas não há caso no mundo em que o mercado fez distribuição de renda.

Francisco de Oliveira

POLÍTICAS SOCIAIS E BOLSA FAMÍLIA

"Agora chegou a hora do 'patinho feio'. O social está sempre pendurado nos outros setores. Seguindo os passos dos principais países ocidentais tentamos fazer com que fosse a política que controlasse a economia, para não correr os riscos que Polanyi apontava, da mercantilização da força do trabalho, da mercantilização da terra e da mercantilização do dinheiro. O Brasil fez isso com enorme esforço, criando suas instituições de previdência social, criando a regulação do mercado da força de trabalho, enfim, tentando criar o que no Ocidente desenvolvido chamava-se "estado do bem-estar". E depois veio o vento neoliberal."

Francisco de Oliveira

"Embora o Bolsa Família possa trazer uma contribuição ao comércio local, e tenha importância para levar certa renda às famílias, ele não aumenta a competitividade da economia nordestina. Precisamos de outras políticas para que o Nordeste não apenas se torne uma força dentro do Brasil mas possa ter a capacidade de gerar empregos em quantidade e em qualidade, o que certamente o Bolsa Família não assegura."

Ricardo Ismael

"Acho o Bolsa Família um desastre. Sou materialista, mas fui educado numa ética cristã. A ética cristã não permite que você olhe para o outro sem compaixão, portanto, desse ponto de vista, o Bolsa Família é melhor do que as pessoas passarem fome, mas politicamente é um desastre. É regressivo, tornou de novo a política palco das práticas clientelistas, retirou a ação das mãos dos atores da história."

Francisco de Oliveira

beral, que começou com o marajá das Alagoas, prossegue até agora. E o que fez a respeito do social? Deteve o caminho da proteção da sociedade. Tentou perseguir o mito da competitividade como se nós pudéssemos ser chineses, isto é, desprotegendo o trabalho e soltando as rédeas do processo de acumulação. Fernando Henrique Cardoso falava de "inempregáveis". Tínhamos uma massa de "inempregáveis" e não havia fórmula nem força no mundo capaz de torná-los empregáveis. E devastou boa parte do poder do Estado brasileiro de fazer política social. Lula da Silva era uma esperança de virada mas não fez praticamente nada. Todas essas vitórias, de crescimento do emprego, de formalização, não se traduziram em instituições e é um engano muito comum entre economistas e entre herdeiros da tradição marxista, na qual eu me incluo, pensar que o mercado regula e pensar que o mercado faz política. Esse engano pode custar caro. No caso brasileiro, está custando muito caro. Então pensamos que podíamos ser chineses. "Vamos tirar a previdência social", pensaram. E FHC não tirou porque na época felizmente havia a oposição do próprio PT, mas cortou alguns pontos da previdência do setor privado, criou o chamado fator previdenciário. Veio Lula e não fez nada em sentido inverso. Ao contrário, como tinha legitimidade política e social, cortou na previdência dos servidores públicos.

Quer dizer, era como se nós tivéssemos sido guiados durante décadas e até séculos por aquilo que se chamava

de princípio da esperança. E, de repente, como se tivéssemos sido reorientados para o que Freud chamava de princípio da realidade. Resolvemos ser competitivos à custa do social. Ora, o país que já carregava nas costas – não nas nossas mas nas costas dos setores populares e das classes dos últimos extratos de renda, prestígio e poder – a herança da escravidão que não se esgotou, a ela acrescentou toda a nova desigualdade criada exatamente pela indústria, pelo progresso, pela urbanização.

Portanto, é preciso neste seminário estar atento para as armadilhas do progresso. Ele nem sempre conduz a uma melhoria do bem-estar se não houver políticas públicas capazes de orientar a ação do mercado e dos agentes. Não há caso no mundo em que o mercado fez distribuição de renda. Chegou-se a falar aqui da Inglaterra como exceção. A Índia sabe o que foi a exceção inglesa, sabe como a Inglaterra destruiu a indústria têxtil indiana para dar lugar à sua própria indústria têxtil. De modo que, cuidado, estamos aqui falando de pré-sal como se ele anunciasse o paraíso. Isso é perigoso, e não por causa da doença holandesa, mas porque atrás do pré-sal vai se montar toda uma nova estrutura burguesa, toda uma nova estrutura de interesses que, sem dúvida, sem uma ação política rigorosa, não levará a nenhuma melhoria de distribuição de renda. Basta ler a história da nossa própria indústria de petróleo – que é precária, não é grande coisa comparada a outras do mundo – para ver

que ela, salvo nos redutos da força de trabalho empregada diretamente pela própria Petrobras, não produziu nenhuma melhoria substancial, distribuída pela sociedade, a partir dessas atividades. Aliás, só para ser mais impertinente, salvo os EUA, não há nenhum país no mundo em que o petróleo tenha propiciado a criação de uma sociedade mais justa, mais igualitária e com maior distribuição de renda. Os EUA fizeram isso basicamente durante o século XX, esgotaram as suas reservas de petróleo, e todas as outras grandes potências petrolíferas são monarquias absolutistas feudais, com exceção da Venezuela. Então, "baixem a bola" desse otimismo e "botem os pés no chão" para ver qual é a institucionalidade da nossa política capaz de regular os conflitos que vão recrudescer. Já está nos jornais a briga entre a Petrobras e a União para fixar o preço do barril. Isso pode parecer briga de tecnocratas mas não tem nada disso, na verdade é, como se diz, "briga de foice num quarto escuro". Só a lei das probabilidades pode dizer onde vai pegar... se é na metade da cara ou se é à Van Gogh, apenas na orelha. Então, cuidado com esse otimismo.

E o social foi sempre a reboque, mesmo nos períodos desenvolvimentistas mais extraordinários, salvo Vargas, o que deve ser dito, pois os outros desenvolvimentistas, como Juscelino, não deram nenhuma atenção ao social. Não há uma medida institucional, e a sociedade se reproduz por instituições, e não pelo capital, como pensam até mesmo os que têm o coração à es-

querda: isso é uma ilusão economicista perniciosa. A sociedade se reproduz pelas instituições que ela cria para se autorregular e regular os inimigos da sociedade, que existem. Na política social, o que cresceu nos últimos 20 anos no Brasil? FHC fez uma política de destruição, tentou armar o novo Estado com as agências reguladoras, das quais algumas são pura ficção. No caso da do petróleo, é a velha piada: é o cachorro que move o rabo ou o rabo que move o cachorro? É a Petrobras que controla a ANP ou a ANP que controla a Petrobras? Evidente que é a primeira resposta. Então ele desarmou o Estado brasileiro, acabando com o enorme esforço que havia sido feito para se organizar minimamente o mercado da força de trabalho urbano, para se criar instituições como os institutos de previdência, que atendessem à força de trabalho urbano. Um esforço que nunca foi completado, quer dizer, mais uma vez a história brasileira só é inteligível em outro registro teórico. E é a esse registro teórico que cientistas políticos chamaram de revolução passiva. Porque a nossa previdência rural foi criada pela ditadura, o que deveria nos dar vergonha. Mas de qualquer forma já foi criada, então trata-se de preservá-la e tentar fazer avançar esse processo.

Quanto à educação, aqui tratada, a começar por Belluzzo, é um desastre monumental e não adianta nos gabarmos de que na educação fundamental está todo mundo na escola. Não precisa ir muito longe, vá a qualquer escola de subúrbio em São Paulo ou no

O social, mesmo nos períodos mais exitosos do crescimento brasileiro, sempre esteve a reboque. Nunca foi objeto de prioridade e não é também agora.

Francisco de Oliveira

Rio para ver do que se trata. Isto aqui, o Rio, sempre foi o coração do Brasil. Nós, paulistas – porque eu agora sou paulista – é que pensamos que o coração do Brasil é São Paulo. O coração do Brasil é o Rio. Foi onde, como diria um antropólogo, se caldeou a cultura brasileira, a contribuição que veio de todas as partes. Não é uma homenagem vaga e vã, não. É verdade, a moderna literatura brasileira foi feita no Rio. A moderna música brasileira é carioca da gema. Então, em determinado momento, São Paulo tomou a dianteira no campo das ciências humanas, que é o meu campo, infelizmente,

porque eles não entendem muito de Brasil.

Então, em qualquer escola de favela em São Paulo, no Rio ou em Recife a educação é um desastre, e nós não vamos chegar com essa educação àqueles patamares necessários que o professor David apontou. É preciso um esforço sobre-humano nessa sociedade do conhecimento. O que produzimos que nos dê relevância mundial? Salvo jogador de futebol – o que toca diretamente o Belluzzo, porque vocês não sabem mas ele é presidente do Palmeiras – salvo Neymar e Robinho, o que nós exportamos de – e apelo para uma palavra antiga, já em desuso – talento? Então vai ser preciso mudar radicalmente as políticas públicas do Brasil.

Falou-se aqui de distribuição da renda. Não pode haver algo mais vergonhoso nem mais obsceno do que a distribuição da renda no Brasil. Toda vez que há alguém como o sr. Carlos Slim, o homem mais rico do mundo, ou um dos mais ricos do mundo, não tem erro, a base onde ele se assenta deve ser das mais pobres. No caso, é o México, que eu conheço de perto. Aqui no Brasil, estamos nos gabando do cidadão que há 8 anos estava na posição de 156^o fortuna do mundo, e em 5 anos saltou para a 8^a. Isso Marx não explica. Mais-valia não produz esse salto, nunca produziu. Só o roubo explica um salto desses, assalto ao Tesouro público, que é a nova qualidade da burguesia brasileira e internacional. Eles não são mais uma classe social, são gangues armadas para as-

EDUCAÇÃO E CULTURA

“Uma das grandes contribuições do Celso Furtado nos últimos trabalhos foi levantar essa questão da cultura. Confesso que na época que li os livros não me dei conta da importância da contribuição dele. Hoje em dia o que eu vejo é um risco tremendo de o Brasil se tornar uma espécie de Estados Unidos over. Um país com grande desenvolvimento econômico mas com uma sociedade completamente massificada, estupidificada. Temos que discutir, sim, o papel das novas mídias, dos meios de comunicação de massa porque não vale a pena ter uma sociedade economicamente desenvolvida e culturalmente subdesenvolvida.”

L. G. Belluzzo

“O que vamos fazer com os excedentes produzidos pelo desenvolvimento das chamadas forças produtivas, que é espantoso? Vamos educá-los, lhes dar cultura, e fazer o que com eles? Temos de criar atividades para que essas pessoas possam se sentir integradas socialmente, porque já não é o problema do miserável que não está integrado, mas do educado que não vai estar integrado. Deveremos criar emprego fora da esfera mercantil, em atividades diretamente sociais, como saúde, educação, cultura, esporte. Temos de pensar no esporte como forma de integração social. Temos aqui uma capacidade de criar talentos mas mandamos nossos jogadores para fora e eles não sabem distinguir a Vênus de Milo da Madona.”

L. G. Belluzzo

“Salvo jogador de futebol – o que toca diretamente o Belluzzo, porque vocês não sabem mas ele é presidente do Palmeiras – portanto, salvo Neymar e Robinho, o que exportamos de – e apelo para uma palavra antiga, já em desuso – talento?”

Francisco de Oliveira

saltar o Tesouro público. A tarefa desta geração é criar os novos mecanismos capazes de impedir esse assalto. Do contrário, este país terá esse senhor que posa de bem-feitor e agora vai financiar a polícia militar do Rio de Janeiro. Ele repousa exatamente sobre essa miséria escandalosa que cerca os moradores de todas as partes do Brasil, e não só do Rio – porque isso parece privilégio do Rio devido à imprensa mas não é. O narcotráfico são “Estados paralelos” em todas as grandes cidades brasileiras. O Rio não é nenhuma exceção, em São Paulo é tão grande quanto, só que é escondido, não aparece. Isso só pode existir, evidentemente, em uma sociedade onde essa concentração obscena de riqueza produz uma miséria desse tipo em que o jovem pobre não encontra outra oportunidade a não ser servir de “aviador” dentro das “boca de fumo”. Em outras palavras, o social, mesmo nos períodos mais exitosos do crescimento brasileiro, sempre esteve a reboque. Nunca foi objeto de prioridade e não é também agora.

Entre todas as questões discutidas aqui com propriedade, com conhecimento e nas proporções devidas, faltou apontar uma. Essa uma é a questão que começa pela distribuição da renda, sem a qual este país não será uma nação. Isso pode ser um aglomerado de pessoas, com cidades escandalosamente pobres, o Rio, São Paulo, Salvador – a 2ª cidade mais bonita do Brasil é um vasto acampamento de pobres. Os acampamentos do MST são melhores do que as cidades brasileiras.

Esse escândalo é que é o principal desafio. Ele não se enfrentará sem uma reorientação da industrialização, não se fará sem essas condições todas que foram discutidas aqui, mas se forem só elas podemos caminhar para aquilo que a Igreja católica chamou de um lugar onde só há choro e ranger de dentes. E neste sentido talvez a gente possa estar orgulhoso de ficar ombro a ombro com a Índia, o que para mim não é nenhuma vantagem. Ao contrário, na minha geração, a minha educação política dizia que a miséria é um desafio. Nós estamos sendo reeducados para nos conformarmos com que miséria seja parte do sistema. Ela é funcional e as políticas sociais que estão aí são políticas de funcionalização da pobreza. Quer dizer, estamos conformados com a situação de desigualdade e tentando fazer dela um novo trampolim para o novo desenvolvimento. Isso pode ser um engano fatal para as pretensões de darmos uma contribuição diferente ao mundo. Eu não quero ser mais enfático, porque já estou perto da demagogia, e fico por aqui aguardando minha nova oportunidade de intervir no nosso debate.

Cássia – Professor, tivemos nos últimos anos uma queda pequena na desigualdade e alguma queda na miséria...

Francisco de Oliveira – Não tivemos não. Eu sou menos autorizado a falar, o prof. Belluzzo aqui é o nosso grande economista, mas não tivemos, não. O que está se propagando é uma pe-





quena queda na desigualdade das rendas do salário e não da renda global.

Belluzzo – Não se tem como medir a distribuição de renda, se se incluem as rendas do capital. Isso é uma falha do nosso sistema de informação, porque nos EUA você tem como medir: eles tem o *Flow of Fund account*, com que se medem os estoques de riqueza e os fluxos de renda. Nós não temos dados confiáveis sobre a distribuição da riqueza.

O Chico fez provocações pertinentes a todos nós. Mas de fato formos olhar, se tivermos esse dado sobre a distribuição da renda que inclua a renda derivada dos ativos, no caso dos EUA foi um escândalo o que aconteceu nos últimos anos. A distribuição piorou muito e é possível mensurar claramente, porque temos os dados da mudança no valor do estoque de riqueza, e, nos EUA, por exemplo, a concen-

tração é da seguinte ordem: o 1% superior tem trinta e poucos por cento da riqueza total. Aqui no Brasil não deve ser diferente.

Eu não tenho esses dados, eu não posso falar, mas o que o Chico está dizendo é correto, o que se teve foi uma melhoria das rendas do trabalho, e realmente as camadas subalternas tiveram uma melhoria, até uma melhoria de padrão de vida, porque tiveram acesso ao crédito, a inflação caiu e o preço dos bens manufaturados despencou. O crédito de 60 meses para comprar um carro levou muita gente a comprá-lo, gente que não tinha chance de fazê-lo. Temos que olhar essa questão de uma maneira um pouco mais consistente. Tivemos um avanço por conta das condições gerais que melhoraram, mas do ponto de vista da distribuição de renda o avanço deve ter sido muito inferior àquele que é propagado.

Francisco de Oliveira – Trotsky, um nome maldito no auditório deste hotel Novo Mundo, dizia que a pretensão do socialismo era tornar cada um de nós igual a Platão e Aristóteles... bota pretensão nisso! Isso é evidentemente uma utopia, que barra o alcance da transformação que um autor como ele pensava que podia ser feita. Fiquemos mais modestamente, Platão ou Aristóteles é demais "para o meu caminho". Estamos aqui no Rio, por que não Machado de Assis?

Belluzzo – Eu estaria satisfeito...satisfeitíssimo!

Francisco de Oliveira – É tratar de tornar mundo compreensível às pessoas. Elas não podem só digitar e resolver...é preciso dominar esses conceitos.

Cássia – E o que o senhor acha do Bolsa Família?

Francisco de Oliveira – Eu acho um desastre e devo dizer isso neste seminário, com todo o respeito. Acho um desastre. Sou materialista, mas sou cristão. Fui educado numa ética cristã. A ética cristã não permite que você olhe para o outro sem compaixão, portanto, desse ponto de vista, o Bolsa Família é melhor do que as pessoas passarem fome, mas politicamente ele é um desastre. É regressivo, tornou a política novo palco das práticas clientelistas, retirou a ação das mãos dos atores da história. Eu não posso ser contra porque fui educado numa ética que me diz que os problemas do próximo, nas palavras classicamente religiosas, são meus problemas, mas politicamente é programa desastroso. Ironicamente existe uma emenda, não lembro se emenda constitucional ou projeto de lei, que foi proposta no Senado por ninguém menos do que Fernando Henrique Cardoso: o imposto sobre as grandes fortunas. Está parado no Senado há vinte anos. É muito pouco o que se precisa tocar na taxaçaõ das grandes fortunas e com ela financiar um programa social real. De modo que eu fico muito dividido, porque eticamente estou de acordo mas politicamente é um desastre.

Ricardo Ismael – Vamos começar a segunda rodada, quando gostaríamos de ouvir de vocês sobre as propostas para o ano de 2011, pois já temos de começar a pensar nelas, e depois que cada um faça as considerações finais.

Rosa Furtado – Faço agora uma pequena fratura no esquema proposto porque gostaria que Ricardo Ismael, autor de uma brilhante tese sobre o Nordeste, nos falasse um pouco sobre propostas, mas mais focadas no Nordeste. É um tema que ele vem desenvolvendo há muitos anos como professor da PUC.

Prado – Uma preocupação que temos no Centro Celso Furtado é sempre ampliar nossas atividades para além da economia, porque na verdade, quando se discute desenvolvimento, economia é apenas um pedaço da realidade. Tanto a dimensão política, a dimensão social, como a questão da geografia econômica – como nas discussões de Josué de Castro – são aspectos importantes do tema desenvolvimento.

Ricardo Ismael – Pegando um pouco o que disseram o professor Belluzzo e o professor Chico Oliveira, é importante que procuremos concluir esta mesa com a discussão sobre o desenvolvimento. Qual o conceito do desenvolvimento que imaginamos que seja pertinente para o Brasil no século XXI? Houve uma época, que Celso Furtado passou na Cepal, em que desenvolvimento era sinônimo de industrialização. O Celso de 1959, no ISEB, que vai

"Nosso desafio agora é suscitar o debate sobre qual desenvolvimento queremos para o Brasil nos próximos anos."

Ricardo Ismael



"Vamos ter de criar emprego fora da esfera mercantil, em atividades que são diretamente sociais, como saúde, educação, cultura, esporte. Temos de pensar no esporte como uma forma de integração social e isso não é feito no Brasil."

Belluzzo

falar sobre a Operação Nordeste, começa chamando atenção para o fato de que desenvolvimento sem integração entre as economias estaduais, sem a redução das desigualdades regionais, era um desenvolvimento precário. E, pouco a pouco, ele também começa a dizer que, se o crescimento econômico pode ser amparado nas forças de mercado, para que exista desenvolvimento e avanço no bem-estar social é fundamental a presença do Estado. Na etapa final da obra de Celso aparece toda a sua preocupação com a ideia de integração da nossa economia à economia internacional, para que ela não reproduza um novo capítulo na ampliação das desigualdades regionais, na medida em que estados e cidades às vezes se vinculam mais com o exterior do que internamente.

Dentro desse cenário, o Nordeste não pode ser visto apenas pela ótica das políticas compensatórias. Participei do seminário que o Centro Celso Furtado promoveu ano passado no Recife e economistas importantes chamaram a atenção para o fato de que, embora o Bolsa Família possa trazer uma contribuição ao comércio local, e tenha importância do ponto de vista de trazer alguma renda para as famílias, ele não aumenta a competitividade da economia nordestina. Ou seja, precisamos de outras políticas para que o Nordeste não apenas se torne uma força dentro do Brasil mas possa ter a capacidade de gerar empregos em quantidade e em qualidade, o que certamente o Bolsa Família não assegura. Seguindo a sugestão da Rosa, acho que, na ver-

dade, o grande desafio do Nordeste hoje é não ser apenas o lugar onde vive metade dos que recebem o Bolsa Família. Isso é importante – e o professor Francisco de Oliveira colocou muito bem – do ponto de vista de uma renda para que essas famílias coloquem os filhos na escola, mas é insuficiente para garantir uma emancipação dessas famílias em relação ao Estado, a governos e governantes. Então eu diria que, do ponto de vista político, é importante perseguir a ideia de autonomia da sociedade nordestina, é importante continuar a pensar o Nordeste e outras regiões menos desenvolvidas dentro do processo de globalização, visando a torná-las mais competitivas.

Belluzzo – Vou começar com o que considero os desafios da política macroeconômica. A principal questão que temos de enfrentar, do ponto de vista macro, nos próximos meses, é essa coordenação entre a política fiscal, monetária e cambial. Nós não podemos mais apostar de maneira nenhuma numa crise de balanço de pagamentos nesse curto espaço de tempo, um cuidado especial tem que ser concedido à questão do câmbio, e vou acrescentar aquilo que o professor Adilson mencionou, que é essa "tesoura". O critério de reajuste de tarifas é um problema muito sério, porque na verdade nós "machucamos" a indústria brasileira dos dois lados, pelo lado do câmbio e pelo lado da política tarifária. Na verdade, isso é um consenso na indústria brasileira. Em segundo lugar, temos de levar em

conta que preservar a estabilidade de preços foi fundamental para que tivéssemos sucesso nas políticas de melhorias das condições sociais. Vou depois fazer uma consideração sobre o que o Chico falou, porque acho que pode nos levar a outras questões.

Em relação ao pré-sal, ele vai nos desvencilhar, espero que definitivamente, desse constrangimento que volta e meia nos assoberbava: a economia começava a crescer, "batia no teto" e dava problema no balanço de pagamento. O Chico disse que o pré-sal é um risco, e eu também acho. Mas ao mesmo tempo é uma grande oportunidade para que se possa, por exemplo, melhorar substancialmente o sistema fiscal brasileiro, torná-lo menos regressivo do que é. Também queria fazer uma emenda: além dos EUA, que foi capaz de compatibilizar a riqueza do petróleo, a Noruega também foi. Já que vamos falar aos candidatos, é fundamental que se mantenha o sistema de partilha, porque ele administra os recursos corretamente e o ritmo de exploração. Nós não podemos dilapidar essas reservas de maneira irresponsável, por querermos ter muitos ganhos de curto prazo.

A outra questão é que podemos aproveitar essa oportunidade para qualificar essa indústria brasileira que o Kupfer corretamente chamou de intermediária. Na área da metal-mecânica, e mesmo da eletro-eletrônica, da informática, vamos ter uma demanda enorme e teremos de fazer uma política industrial a partir daí.

Em relação à questão das políticas

sociais, o Bolsa Família foi uma solução, assim como o aumento do salário-mínimo, que foi importantíssima, e só foi possível porque a economia tinha estabilidade. Isso foi uma conquista social importante. Mas em relação ao Bolsa Família, eu concordo com o Chico, porque ela me causa uma certa angústia, no sentido de que é necessária, porém é insuficiente, e além disso atenta contra um projeto de indivíduo ativo na sociedade. Eu falo do indivíduo ativo, e não do indivíduo trabalhador, porque acho que no mundo inteiro está colocada a questão da redução progressiva do tempo de trabalho. A produtividade social do trabalho cresceu muito. Temos a questão do tempo livre e como ocupar essas pessoas que são obrigadas a ter tempo livre, porque elas não vão ter empregos criados pelo mercado tão rapidamente. A capacidade do mercado de criar empregos já era baixa logo no pós-guerra. Uma parte dos empregos na Europa foram criados pelo setor público. Agora estamos diante de uma situação em que provavelmente o impacto do crescimento industrial sobre o emprego não vai ser tão decisivo assim. Ao contrário, vamos começar a expulsar mão-de-obra da indústria e mesmo dos serviços que tenham maior possibilidade de tecnificação. A Europa e os EUA já estão vivendo esse problema e nós vamos vivê-lo agravado pelo fato de que temos aqui um padrão de vida mais baixo. Para mim é uma questão estrutural de longo prazo que os governos vão ter que enfrentar. O que vamos fazer com os excedentes pro-

duzidos pelo desenvolvimento das chamadas forças produtivas, que é espantoso? Vamos educá-los, lhes dar cultura, e fazer o que com eles? Temos que criar atividades para que essas pessoas possam se sentir integradas socialmente, porque aí já não é mais o problema do miserável que não está integrado, é o problema do educado, do qualificado, que não vai estar integrado. Vamos ter de criar emprego fora da esfera mercantil, em atividades que são diretamente sociais, como saúde, educação, cultura, esporte. Temos de pensar no esporte como uma forma de integração social e isso não é feito no Brasil. Nós temos aqui uma capacidade de criar talentos mas mandamos nossos jogadores para fora e eles não sabem distinguir a Vênus de Milo da Madonna! É coisa impressionante! Essa questão da atividade das pessoas é uma questão que está posta agora. Não estamos ligando muito para isso, mas ela já está posta e o Bolsa Família é um passo. Podíamos aproveitar isso para começar a integrar as pessoas às atividades na saúde, na educação, no cuidado das crianças, no cuidado dos velhos. Esta sociedade vai ter cada vez mais velhos, temos que criar instituições para abrigá-los, onde possam sobreviver com dignidade, porque não basta ter mais tempo de vida, é preciso que se viva dignamente. Emprego no sentido mercantil vai ter cada vez menos. A OIT acabou de fazer um estudo: o número de desempregados entre jovens de 16 a 25 anos é crescente. É um absurdo isso! E você não tem destino para essas pessoas, e



"Na esfera dos órgãos multilaterais, o que queremos? Para que queremos mais algumas cotas do FMI? É para mantê-lo como está ou para mudá-lo?"

Prado

isso não é só no Brasil, é no mundo desenvolvido também. Na Europa a coisa está assim. E o que vão fazer com esses jovens que foram educados, passaram pela universidade e não têm uma atividade compatível com o que eles aprenderam? São essas questões que eu queria levantar e agradecer a paciência que vocês tiveram em ouvir as minhas lamentações.

Prado – Vou começar levantando o seguinte ponto: temos a sorte de estar num espaço geográfico que nos permite exportar produtos como, por exemplo, a água. Quando você exporta soja, está exportando água e outros produtos primários. Antes de dizer que o Brasil não pode se especializar na exportação de produtos primários, temos que chamar a atenção para o fato de que não é necessariamente ruim termos essa participação no mercado de produção de alimentos no mundo. Vale a pena fazer uma comparação com o passado. Se compararmos Canadá e Austrália com Brasil ou qualquer outro país latino-americano, Canadá e Austrália foram capazes de, exportando produtos primários, criarem um mercado doméstico, que permitiu melhor distribuição de renda nesses países. Historicamente eram pouco povoados, tinham mão-de-obra escassa e a distribuição de renda era boa na terra. O resultado desse processo é que o salário tendia a ser alto, portanto as inovações eram poupadoras de mão-de-obra e as exportações beneficiavam os pequenos produtores.

No Brasil o trabalhador livre recebia pouco e não tinha possibilidade de ocupar o campo, portanto tínhamos concentração de renda. Ou seja, a mesma estrutura de exportação pode ter efeitos diferentes dependendo da estrutura doméstica. A questão que se coloca é que não há nada de mais em exportar produtos primários se tivermos recursos naturais. Mas a estrutura doméstica tem que ser compatível para que se gerem distribuição de renda, benefício à população, e não miséria. Produtos primários não são suficientes para sustentar a necessidade de geração de empregos e a complexidade de uma sociedade como a brasileira. Portanto, mesmo que tenhamos a possibilidade de viver com grande déficit no comércio internacional de produtos industriais, em função das divisas geradas pelo pré-sal e pelo agrobusiness, precisaremos de uma estrutura, pelo menos cambial, compatível com uma indústria pujante. Parece-me que é uma questão fundamental beneficiarmos da receita de exportação de produtos primários, mas sem afetar nossa necessidade de nos mantermos competitivos e participantes do mercado internacional de produtos industriais.

Quanto às nossas relações econômicas na América do Sul, avançamos muito no plano do espaço econômico mas claramente vamos ter que inverter as nossas prioridades. A América do Sul não pode ser um espaço em que geramos superávits comerciais. Os outros países vão ter que estar integrados na produção brasileira, o que im-

plica que a política industrial tem de ser regional, de alguma maneira, para que, em última instância, nos permitir alavancar nossas exportações para o resto do mundo. Caso contrário, teremos muitos problemas na região e o nosso avanço econômico vai ser visto pelos nossos vizinhos não como um ganho, mas como uma ameaça – e esse é o nosso desafio. Se crescermos e formos um ônus para eles, não vamos ter apoio a esse crescimento, vamos tê-los como adversários. Então vamos ter de alguma maneira, que integrá-los nesse processo. É muito importante chamar a atenção para o fato de que isso não é uma generosidade brasileira com os outros, é necessidade nossa de, em última instância, crescer num espaço econômico mutuamente satisfatório, sem a instabilidade política que será gerada inevitavelmente se a relação for diferente. E, mais um aspecto desse cenário, nossas negociações comerciais terão que ser feitas levando em conta vários fatores. Hoje a negociação de comércio internacional é vista sem se levarem em conta os aspectos das decisões na área de concorrência, de proteção ou da própria política industrial. Por outro lado, não dá para se desmembrar a macroeconomia no que se refere à taxa de câmbio, às negociações tarifárias, à política comercial, industrial e de concorrência – isso tem que ser visto de forma integrada. Não se reduz tarifa se o câmbio não estiver bem, não se pode tomar decisão de manter o ambiente concorrencial se a política industrial não for consistente com esse tipo de

preocupação. E a política industrial não vai ter o sucesso de gerar inovação se não expuser as empresas à concorrência. Tudo isso tem que estar integrado. Para terminar, entendo que vamos ter que continuar atuando também nas esferas multilaterais, tentando aumentar o poder relativo não apenas do Brasil mas dos países em desenvolvimento no jogo do poder global. Mas precisamos ter um pouco de clareza sobre quais são exatamente as variáveis fundamentais para nós. Na esfera dos órgãos multilaterais, o que queremos? Para que queremos mais algumas cotas do FMI? É para mantê-lo como está ou para mudá-lo? É apenas para participar das decisões atuais ou para se ter mudanças? Essa é uma das discussões que nós vamos ter que fazer daqui por diante.

Adilson de Oliveira – O ponto de partida da minha reflexão é o seguinte: a energia é a principal vantagem comparativa que o Brasil e a América do Sul têm hoje. Temos problemas enormes do ponto de vista de mão-de-obra qualificada, é difícil conseguirmos aumentar a taxa de poupança, mas a energia é uma oportunidade imensa nesse sentido, porque é a principal vantagem comparativa que temos. Ela é um elemento com muitos impactos no curto, médio e longo prazo. Estou convencido de que vamos viver uma transição energética. Estamos começando essa transição e temos uma vantagem muito grande no curto prazo, que vem do fato de que o setor energético gera enormes rendas econômicas. Quando o



"O território é nosso, e no entanto as rendas estão sendo concentradas, canibalizadas por esse pessoal que está acumulando numa velocidade monumental. Essa discussão, infelizmente, não está posta na mesa."

Adilson de Oliveira



preço do petróleo passa de 20 para 75 dólares, 80 para ficar mais simples, isso significa que 60 dólares por barril – e o Brasil produz 2 milhões de barris – estão sendo apropriados por alguém, estão fluindo para o bolso de alguém. E não vamos falar do setor hidrelétrico, em que são rendas monumentais! Essas enormes rendas foram canibalizadas historicamente por diversos setores da economia brasileira. Não chegam ao social, conforme o professor Chico de Oliveira está reclamando, e não chegam nunca. Isso tudo já era canibalizado antes, e agora em particular, quando passamos de 20 para 80 dólares. Isso nos oferece uma enorme oportunidade para integração até mesmo desses espaços econômicos periféricos, porque na verdade o capitalismo brasileiro está estruturado em cima de São Paulo. O capitalismo brasileiro existe em São Paulo, o resto é periferia. Mesmo o Rio de Janeiro é periferia econômica, pouco relevante. E esse centro suga todos os recursos do país, e essa renda vai toda para o pessoal de lá, inclusive para os grandes interesses econômicos – não preciso citar nomes, pois vocês sabem quem são as construtoras e outros grupos,

alguns que estão aí há quase 400 anos. Não temos espaço para discutir a utilização dessa renda. Agora, que breve teremos um governo novo, deveria-se discutir quem está se apropriando dessas rendas. Tem diversos estudos a respeito. Precisamos definir como vamos mudar essa sistemática, porque hoje tudo está sendo encaminhado na mesma direção.

Está sendo feito um esforço razoável, não podemos negar. O governo tem feito coisas na área de petróleo, por exemplo, tem procurado criar espaços com todos esses estaleiros, no Recife em particular, e na Bahia, está querendo construir uma refinaria no Maranhão, outra no Ceará. Existe um certo esforço, mas ainda não são articulados. Há uma certa distribuição mas não há uma política estruturada com relação a esse processo. Acho que o primeiro ponto é solidificar tudo isso e criar uma política de utilização de recursos. Mensuração e distribuição dessa renda, por meio de outros mecanismos, e política social são fundamentais. Só a venda do petróleo, dos *royalties* e das participações especiais chegam a mais de 40 bilhões de reais por ano. Ora, 40 bilhões de reais por ano dá para fazer coisas sensíveis e sensatas, e dá para fazer uma acomodação tributária. O que não podemos é deixar que tudo vá sempre para os mesmos locais. Vamos fazer uma política social, por exemplo, para essa renda. Também acho fundamental criar a política industrial.

Temos uma dificuldade, que é articular os espaços periféricos brasileiros

e os espaços periféricos regionais da América do Sul. Como vamos organizar e estruturar tudo isso? É um grande desafio formular uma política realmente de articulação do espaço regional brasileiro. Porque é claro que haverá uma pressão muito grande de gente dizendo: "deixe o pessoal do lado de lá, temos de nos preocupar com os problemas daqui". É uma dificuldade política a enfrentar e, contrariando um pouco o que disse o professor Chico de Oliveira, a Noruega mostra que é possível um outro caminho. A Noruega fez uma política centrada numa dinâmica importante, que é a da inovação. Quando descobriram que tinham petróleo, os noruegueses imediatamente promoveram um debate no Congresso, que decidiu que uma parcela dos recursos seria orientada para um fundo nacional. Esse fundo seria utilizado para abrir uma universidade voltada exclusivamente para o petróleo, que não existia. Ou seja, se dispuseram a dominar a tecnologia de que precisavam. Hoje cada norueguês tem 80.000 dólares como parte pessoal nesse fundo dividido pela população. O Parlamento utiliza os recursos desse fundo para eventualmente cobrir os déficits e os ciclos econômicos. Seria algo como um fundo de estabilização.

A indústria do petróleo gera muitos empregos de qualidade, oferece oportunidades para criar empregos de alta qualidade, que nós não estamos criando. Estamos começando a importar mão-de-obra qualificada para trabalhar no Brasil e os nossos jovens es-

tão sem espaço! Há um grande déficit na política de inovação, que se explicava no passado. Nas décadas de 80 e 90, quando descobrimos o petróleo no mar, era grande a preocupação com a restrição externa. Hoje não é bem assim, hoje temos oportunidade de fazer realmente uma política voltada para o país, sem esse açodamento de procurar produzir o mais rápido possível. Existem os riscos que o professor Beluzzo já colocou, do dinheiro volátil, que pode ir embora e talvez rapidamente, então convém ter um bom colchão de reservas. Mas podemos pensar em uma política alternativa. A política, infelizmente, não está clara, não está visível. Para 2011 eu espero que o novo governo apareça com essas soluções. Primeiro uma clara utilização dessas rendas econômicas, que são monstruosas e estão sendo dilapidadas por interesses de curto prazo, que têm uma voracidade de acumulação impressionante. Quem olha o que está acontecendo com alguns grupos econômicos brasileiros se assusta. Como estão crescendo! Não é só o Eike Batista, não! A Odebrecht, o pessoal do álcool, estão crescendo numa velocidade espantosa. E de onde está vindo todo esse dinheiro? Está vindo das nossas rendas, da renda da população. O território é nosso, e no entanto as rendas estão sendo concentradas, canibalizadas por esse pessoal que está acumulando numa velocidade monumental. Essa discussão, infelizmente, não está posta na mesa. Ou melhor, está posta na mesa mas não está na batalha eleitoral. Espero pelo menos

que o novo governo coloque essa discussão de forma mais aberta. Que a gente possa realmente discutir o futuro do Brasil em bases mais sólidas, e para isso a energia é uma oportunidade fantástica, que merece um bom peso.

David Kupfer – Na visão prospectiva e propositiva a respeito da política industrial, primeiro é evidente que se pode trabalhar com um cenário em que o mix macroeconômico vai melhorar e de algum modo vamos conseguir escapar dessa equação atual de juros altos e câmbio valorizado, que de fato é um fator limitante para uma política industrial. O fato de termos condições macroeconômicas adversas não torna a política industrial menos importante, ela até se torna mais importante. Simplesmente, é mais difícil de ser feita, e ela terá menos poder se estiver em desacordo com a política macroeconômica. Acredito, e este é um ponto de partida, que o pré-sal será um gerador de divisas. Não somente o pré-sal mas também essa especialização hoje existente na matriz produtiva, muito ligada às *commodities* agroindustriais e minerais. Isso é um ponto de partida importante, desde que combinado com políticas adequadas, que não torne o país refém dessa especialização. No plano específico da indústria, parece-me que mesmo nesse quadro favorável, existem algumas questões importantes que precisam ser trazidas à superfície. Eu as colocaria como consequência direta do diagnóstico que sugere o estágio intermediário do desenvolvimento



"Na verdade nós não temos massa crítica na geração de conhecimento, e para obtê-la, é decisivo escolher as áreas onde vão se concentrar os esforços."

David Kupfer

industrial, no qual as demandas são muito grandes. Temos necessariamente que fazer escolhas, e imagino que a chance de uma política industrial bem sucedida para a próxima década é a construção institucional de uma capacidade de o Estado fazer as escolhas relevantes, olhando adequadamente os desafios existentes, os espaços existentes e o tempo adequado de maturação, de colheita desses resultados. Isso vale inclusive para o pré-sal, na medida em que o ritmo de exploração do pré-sal não é fácil de ser determinado, porque sabemos apenas que não deve ser muito rápido a ponto de dilapidar as reservas existentes, mas não pode ser tão lento que nos leve a observar o fim do ciclo do petróleo, o que vai inexoravelmente ocorrer num horizonte não tão distante assim. Portanto, tampouco podemos ficar com essas reservas intocadas para as gerações futuras, quando provavelmente o petróleo não terá tanto valor quanto tem na atualidade.

Fazer escolhas significa algo que hoje é muito estigmatizado no país, porque diz-se que não cabe ao governos escolher vencedores, e isso é verdade, mas cabe à sociedade fazê-las. O que está em jogo é a construção de determinadas instituições que deem um caráter de Estado às decisões de política industrial e retirem do jogo político, da volatilidade, da volubidade decisões que tenham implicações temporais mais longas do que um determinado ciclo de poder. Cada país encontra – quando consegue encontrar – soluções muito particulares

para a criação dessas instituições. No caso brasileiro, certamente estamos muito distantes disso, na medida em que o pouco que existia foi desfeito. Então, parece-me que a questão central é que precisamos escolher. Não há como simplesmente manter um projeto de indústria completamente integrado, completamente diversificado, competitivo em todos os setores, e nem que todos sejam exportadores e vivam no paraíso. Precisamos “sair da casca”, parar de pensar exclusivamente em termos de dentro do Brasil, e isso vale inclusive para a discussão regional. Tudo isso implica em definir aquelas linhas de produção, aquelas atividades que terão maior possibilidade de sucesso. No entanto, este talvez seja o grande nó do quebra-cabeça, pois não podemos ter como alvo apenas a inserção do Brasil no mundo. O Brasil é um continente, tem problemas internos formidáveis que estão muito longe de ser resolvidos, e portanto a política industrial deverá ter a sabedoria de trabalhar com alvos distintos. Um objetivo é como colar a elite do capitalismo brasileiro na fronteira internacional mas, ao mesmo tempo, como trazer a atividade produtiva para mais perto da região, do local, para níveis melhores de organização, eficiência, produtividade, qualificação, melhor capacidade de remuneração. Nesse caso específico, acredito que os instrumentos mais centrais de política industrial, como por exemplo tarifas e câmbio, são insuficientes. Eles não têm essa sintonia fina e não conseguirão de

uma vez só atacar esses dois alvos tão distintos. Portanto, está ficando claro que toda essa reflexão sobre política industrial deve também começar a ganhar uma característica regional. A política industrial vai precisar se descentralizar. Há um esforço no outro extremo que, de algum modo, já produz resultados: é a ação local baseada em arranjos produtivos locais. Isso é estratégico. Até o aprendizado que já se conseguiu acumular nessa linha de política é estratégico para que tenhamos de fato uma política industrial capaz de organizar diferentemente esse diversos objetivos. Um exemplo de área onde isso é extremamente relevante é a da política tecnológica, que por ser a mais difícil, a mais nova, aquela em que temos menos experiência, é a que mais introjeta os verdadeiros desafios da política industrial brasileira. E nesse caso específico a necessidade de criação de massa crítica é imperiosa. Existe uma linha de ação de política tecnológica que entende que há desperdícios, pois o sistema universitário não está integrado à indústria. Esse problema de distanciamento entre a universidade e a indústria gerou uma lei de inovação com esse objetivo de aproximação e com outros instrumentos de política que favoreçam o conhecimento que está represado na universidade, a fim de que ele flua adequadamente para a indústria e dote-a de capacidade competitiva. Isso pode ser um problema em alguns países europeus, mas certamente não é o caso brasileiro. Nós

não temos esse conhecimento represado nas instituições universitárias de ciência e tecnologia. Na verdade nós não temos massa crítica na geração de conhecimento, e para obtê-la, é decisivo escolher as áreas onde vão se concentrar os esforços. Então, novamente, o problema das escolhas parece-me central para que possamos desenhar uma política de desenvolvimento industrial para os próximos dez anos.

Quanto ao ano de 2011, eu me furtaria a comentar porque política industrial num horizonte conjuntural não tem uma aplicação muito imediata. O que eu imaginaria para o novo governo é que de fato ele pensasse em como ir além da política industrial recém-instituída, que ainda é muito voltada para a busca de competitividade, e que pensasse em uma política industrial de criação de capacitações, porque isso resolveria o problema da fixação da atividade produtiva no país e nos diversos territórios dentro do país.

Francisco de Oliveira – Quando abri minha primeira fala, confessei com pena, porque o meu patrono me ensinou sempre otimismo e fé na República, que não tenho muitas propostas. Fico com vergonha. Ouvi uma vez um cantor de tango na Argentina que não cantava defronte do retrato de Carlos Gardel. Eu não me atrevo, defronte do retrato de Celso, a fazer propostas, porque aprendi muito com ele. Insisto no seguinte: na época de Furtado e de outros como Ignácio Rangel, que não deve ser esquecido, e antes dele Caio Prado Jr, o problema deles era a via-

bilidade da economia brasileira. Era algo muito diferente dos pessimistas do início do século XX – os autoritários Oliveira Vianna e que tais – que diziam que esta sociedade não tinha futuro porque tinha nascido de três raças tristes: o negro saudoso e melancólico da África, o índio quase débil mental – Oliveira Vianna diz isso literalmente – e o português, que tinha uma saudade danada de Portugal. A geração de Furtado é outra. Eles sabiam que isto aqui era viável e tinha consistência. Ele foi até o limite de provar que mesmo a economia do Nordeste era viável, pois produzia um excedente que não reabsorvia e exportava para outras regiões do Brasil. A inviabilidade do país foi superada. Resta saber qual é a viabilidade da nação. E aqui entra a questão do social e da distribuição de renda, que é vital. Na verdade, é a pergunta que o Prado fez: que país queremos? Todas as demais condições podem ser satisfeitas, mas não é automático que isso produza uma sociedade digna desse nome. Portanto, a principal preocupação dos candidatos hoje, governantes amanhã, deverá ser, por formas bastante inventivas, o ataque ao problema da distribuição da renda. Atacá-lo vigorosamente, de todas as formas, tal como o Adilson indicou, por meio dos enormes excedentes de renda petrolífera, da renda da energia elétrica. Há fundos capazes de propiciar esse processo, de criar os empregos que não são mercantis, como disse o Belluzzo, e que nem têm por que ser mercantis. Para mim, esse é o nó, e até aqui fracassamos.



"A inviabilidade do país foi superada. Resta saber qual é a viabilidade da nação."

Francisco de Oliveira



"Esta mesa cumpriu seus objetivos, que eram tentar provocar uma reflexão sobre o tema do desenvolvimento, com propostas para o futuro do país."

Ricardo Ismael

Havíamos avançado muito, não é possível jogar um olhar de pessimismo sobre toda a nossa história recente. Há uns quinze anos atrás perdemos o rumo e fomos em outra direção. Ao irmos em outra direção, não encontramos nada. Para mim, esse é o tema, mas a minha dívida com a minha região diz que, tal como Furtado pensou, o Nordeste não pode ser pensado caritativamente. Não são políticas compensatórias que resolvem, é preciso ter um sentido de história mais amplo, de longa duração. Na história brasileira, o Nordeste já foi a região mais desenvolvida do país, até que veio o ciclo do café, e depois a industrialização, e as posições se invertem. A ciência e a técnica moderna nos dão essa chance, essa oportunidade. Vou

recorrer a um pequeno exemplo que mostra que não precisamos seguir as regras mercantis. No Rio Grande do Norte está instalado o professor Miguel Nicolelis. Ele não é da minha área, parece ser um eminente neurologista, de reconhecimento internacional.

Belluzzo – Estive com ele ontem!

Francisco de Oliveira – É?! Então conte essa história! Por que ele escolheu sediar o seu instituto no Rio Grande do Norte?

Belluzzo – Ele levou um supercomputador para lá e, mais que isso, tem uma série de escolas que abrigam os meninos da população local e que ele

está transformando em meninos com grande qualidade de aproveitamento de ensino. Ontem ele foi conhecer o ministro da Ciência e Tecnologia da Suíça, que lhe deu o supercomputador. É uma coisa fenomenal o que ele está fazendo.

Francisco de Oliveira – É isso que precisa ser feito. É preciso achar Miguel Nicolelis às centenas! E jogá-los nas regiões do Brasil!

Belluzzo – É o que ele está fazendo. Ele pegou o que há de mais avançado na tecnologia de ensino e de informática e está pondo em cima dos meninos. Está qualificando os meninos para serem alunos da USP, da UFRJ. São jovens a partir dos 13 anos. Vou fazer

isso no Palmeiras: daremos uma formação para que eles possam sair do clube qualificados.

Adilson de Oliveira – Professor Francisco, veja bem: o petróleo passou de 20 para 80 dólares em dez anos. Isso significa que 42 bilhões de dólares anuais foram acrescentados à produção brasileira em termos de valor. Esses 42 bilhões de dólares estão sendo distribuídos pela economia por critérios que poderiam ser outros: quantos "Nicoletis" daria para contratar com 42 bilhões de dólares?

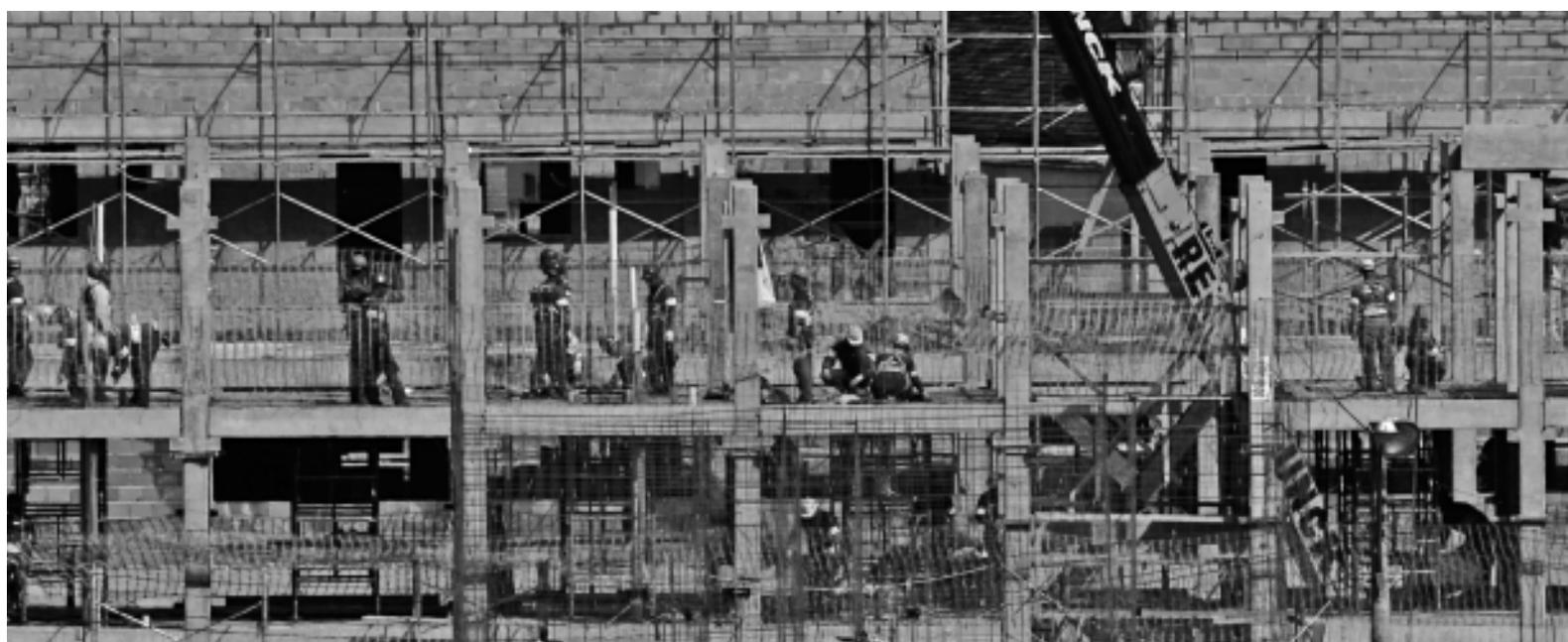
Francisco de Oliveira – Eu tenho na minha casa uma santa de artesanato que é linda, não há nada mais lindo. Pois bem, eu quero aquela santa junto com um supercomputador, quero as duas coisas! É isso aí! E a ciência e o conhecimento atuais, junto com o poder estatal, têm condições de fazer isso. Nós experimentamos retrocessos. Um tipo como Juscelino, e depois Jânio

e Jango, deram ao Celso, que cuidava do Nordeste, o estatuto de ministro e ele tinha assento nos lugares onde se decidiam câmbio e moeda e política fiscal no Brasil. Depois demos para trás. Veio o Delfim e arrasou com a política regional. E deixamos então que o mercado resolvesse. Fizeram um sistema de incentivos fiscais, muito criativos... E quando o mercado começou a resolver, foi o reino da roubalheira e da incompetência. Quer dizer, está na nossa experiência brasileira ter feito inovações governamentais, inovações de políticas que depois foram abandonadas.

Portanto, insisto em duas coisas: a primeira questão é a política social. Temos que quebrar esse gargalo. O próximo presidente deve ter isso como um desafio diário na sua mesa. E a segunda coisa é tratar o Brasil como uma federação. O país não é um império. É uma federação, decidida por cidadãos livres que decidiram viver juntos. A Universidade de São Paulo forma por

ano centenas de mestres e doutores que vêm de outras regiões. Isso está à disposição do país e nós somos tímidos nesse ponto de vista. Por que isso tem que ficar restrito a São Paulo? A gente soube fazer muita coisa e sabe fazer. Mas é preciso levar a sério os problemas. O próximo presidente tem uma missão inescapável.

Ricardo Ismael – Esta mesa cumpriu seus objetivos, que eram tentar provocar uma reflexão sobre o tema do desenvolvimento, com propostas para o futuro do país. O Brasil deve discutir essa questão, seja pelo aspecto mais econômico, seja pelo aspecto mais social. Do ponto de vista histórico, há uma evolução do conceito de desenvolvimento. Em cada fase da história política e econômica brasileira ele encontrou uma certa definição e certas características. Nosso desafio agora é suscitar o debate sobre qual desenvolvimento queremos para o Brasil nos próximos anos.



CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Atividades e projetos

1. O Centro, sua criação e evolução.

O Centro Celso Furtado nasceu de uma proposta do presidente Luís Inácio Lula de Silva, apresentada a Celso Furtado em junho de 2004. A esse "centro irradiador de projetos e políticas inovadoras no combate à fome, à pobreza e aos gargalos do desenvolvimento" o presidente propôs dar o nome de Celso Furtado.

Em meados de 2005, em carta a Rosa Freire d'Aguiar Furtado, o presidente Lula reiterou o interesse na criação do Centro, cujos princípios foram reunidos em Manifesto apresentado pelo ministro Luiz Dulci na Conferência de Helsinque, em setembro de 2005. Com o apoio inicial do BNDES, então dirigido por Guido Mantega, a Assembleia inaugural do Centro, realizada em 22 de novembro de 2005, aprovou o seu estatuto e nomeou a sua primeira diretoria, composta de três presidentes – Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares e Rosa Freire d'Aguiar Furtado – e de três diretores: Hildete Pereira Melo, Carlos Tibúrcio e Cláudio Salm. Quatro empresas públicas apoiaram a criação do Centro Celso Furtado: BNDES, Petrobras, Caixa Econômica Federal e Eletrobrás.

No Manifesto apresentado em Helsinque estava definida a missão do novo órgão: "A agenda do Centro Celso Furtado deverá aprofundar, sistematizar e formular projetos de investigação e pesquisa em torno dos temas cruciais do desenvolvimento do século XXI. Sua criação constitui justa homenagem à memória de um dos maiores economistas do século XX: Celso Furtado. Humanista, intelectual e homem público, Furtado transformouse em referência mundial na luta contra a miséria e o subdesenvolvimento. Por mais de meio século sua produção intelectual exerceu

uma extraordinária influência na formação da consciência crítica na América Latina. A ele deve-se a compreensão de que as estruturas de poder e de produção precisam ser modificadas para que o desenvolvimento possa romper a lógica de dependência e da concentração da riqueza. As assimetrias apontadas por Furtado há mais de 50 anos, entre as nações, e dentro de cada nação, foram acentuadas pelas novas condições do mercado mundial. Por certo, a agenda do desenvolvimento terá de se adequar às transformações ocorridas na economia e nas sociedades nas últimas décadas. Mas persiste o desafio de se construir as instituições incumbidas de conciliar os impulsos criativos da ação privada com os princípios republicanos de igualdade e liberdade. Esse era o sonho de Furtado e a tarefa do Centro que leva o seu nome."

Em setembro de 2009, os 166 associados do Centro, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a revisão do estatuto e elegeram a nova diretoria, agora composta de um diretor-presidente e quatro diretores. Na ocasião, foram eleitos Luiz Carlos Delorme Prado – como diretor-presidente – e os diretores Rosa Freire d'Aguiar Furtado, Carlos Tibúrcio, Fábio Stefano Erber e Antonio Correa de Lacerda. Tania Bacelar de Araújo foi eleita presidente do Conselho Deliberativo, integrado por André Ricardo de Souza (representante da Caixa Econômica Federal), Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa, Celso Lucchesi (representante da Petrobras), Ernani Torres (representante do BNDES), Gerson Gomes, José Luis Fiori, Luiz Carlos Delorme Prado, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcos Costa Lima, Marcos Formiga, Rubens Ricupero e Sérgio Barbosa de Almeida (representante da Eletrobrás).

2. Atividades

Documentar o desenvolvimento

Instalado no BNDES, o Centro abriga a **Biblioteca de Celso Furtado**, com mais de 7 mil volumes, incluindo as obras que estavam em seu apartamento em Paris e no Rio de Janeiro, inteiramente catalogada e disponível para a consulta do público, no local ou em linha. A coleção do Centro é regularmente enriquecida por doações e novas aquisições.

Ainda em 2010, o Centro deve iniciar o tratamento dos riquíssimos arquivos pessoais de Celso Furtado, que refletem momentos cruciais do desenvolvimento do Brasil na segunda metade do século XX. Outras iniciativas, como a constituição de um acervo de documentários sobre o desenvolvimento econômico e social do País, devem transformar o Centro em referência obrigatória para os estudiosos do tema.

Estudar, debater e propor iniciativas sobre desenvolvimento

BOLSAS

Com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Centro criou em 2008 um programa de bolsas de estudo para mestrado e doutorado que já contemplou 18 alunos. No final de 2010, lançará um prêmio para graduandos e um outro programa de bolsas para pesquisadores.

SEMINÁRIOS E MESA-REDONDAS

Paralelamente, desde a sua criação o Centro promove um intenso programa de seminários e mesas-redondas. Para 2011 está prevista a realização da primeira edição do "Congresso Internacional de Economia do Desenvolvimento", que pretende se transformar no grande fórum dos especialistas em desen-

volvimento econômico no Brasil e no exterior. Outros seminários e mesas-redondas serão organizados na linha dos que o Centro vem organizando desde a sua criação.

- SEMINÁRIOS: "O pensamento de Celso Furtado", realizado no Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa e em Fortaleza. "Perspectivas do desenvolvimento para o século XXI", no Rio de Janeiro; "Desenvolvimento regional do Nordeste", em Recife; "Segurança alimentar e segurança energética", no Rio de Janeiro; "Comunicações e desenvolvimento em tempos de convergência de mídias", no Rio de Janeiro; e "A integração sul-americana", em Foz do Iguaçu.

- MESAS-REDONDAS E CONFERÊNCIAS: lançamento da edição comemorativa de cinquentenário da obra *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em João Pessoa, São Paulo, Brasília e Porto Alegre. Conferência do professor Amit Bhaduri, da Universidade J. Nehru, Nova Délhi, e do professor Sergio Cesaratto, da Universidade de Siena, Itália, ambas no Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES

Desde a sua criação, o Centro vem desenvolvendo importante linha de publicações. Hoje, tem duas coleções de livros, em coedição com a Contraponto Editora – *os Arquivos de Celso Furtado e Economia política e desenvolvimento* – e duas publicações periódicas: *Memórias do Desenvolvimento*, que tem divulgado documentos históricos e pesquisas sobre instituições de fomento ao desenvolvimento, como o BNDES; e *Cadernos do Desenvolvimento*, a revista semestral do Centro. O órgão publica ainda obras em parceria com outras instituições, como *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*, em coedição com o BNB.

A revista *Cadernos do Desenvolvimento* será profundamente reformulada em 2011, como resultado de reflexão sobre as modalidades da divulgação das atividades do Centro e de seus associados, coincidindo com a reforma do *site* do Centro. Mantendo uma seção voltada para

a Academia, pretende alcançar um público mais vasto por meio da publicação de entrevistas, artigos e documentos de interesse para a sociedade brasileira, em temas compatíveis com os objetivos do Centro. A revista será impressa e publicada em versão digital.

No final deste caderno consta a lista das publicações do Centro.

SITE E REDES

O *site* do Centro está sendo reformado e a nova versão passará a abrigar a íntegra dos textos publicados em *Cadernos do Desenvolvimento* e *Memórias do Desenvolvimento* devidamente indexados, além de um vasto acervo de arquivos de seus associados. Em resposta a uma das suas prioridades – fomentar sinergias entre pesquisadores – o Centro pretende criar uma rede de pesquisadores sobre inovação e desenvolvimento, no quadro do Seminário "Cidades médias do Nordeste: espaços, territórios e inovação", que se realizará em outubro de 2010, em Natal.

FORMAR PARA O DESENVOLVIMENTO

Em 2009, o Centro criou, em parceria com o Ipea, o curso "Macroeconomia e desenvolvimento". São cinco dias consecutivos, duas aulas de três horas sobre macroeconomia, duas aulas de igual duração sobre economia do desenvolvimento e uma conferência final. Esses cursos se realizaram, até o momento, em Belém, Salvador, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Belo Horizonte, Florianópolis, Recife e Santa Maria, e foram acompanhados por mais de 250 estudantes, economistas e gestores de bancos de desenvolvimento e de secretarias estaduais de planejamento.

Em 2010, o Centro organizou um ciclo de palestras no âmbito das comemorações do 150º aniversário da Caixa Econômica Federal, e por ocasião de seus seminários promove cursos sobre temas como "O Pensamento de Celso Furtado", "Novas teorias de desenvolvimento regional", "O Nordeste na federação brasileira", "O Nordeste na obra de Celso Furtado" e "O debate do Desenvolvimento".

O CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

é uma associação civil de direito privado, de interesse público, sem fins lucrativos.

Os dirigentes eleitos do Centro Celso Furtado não são remunerados pelo exercício dos cargos sociais. Trabalham no Centro, o superintendente executivo, três funcionários e uma bibliotecária. Uma estagiária procede atualmente à indexação das obras do Centro.

Mais informações em:

www.centrocelsofurtado.org.br

Rio de Janeiro, setembro de 2010

Reunindo o acervo formado por Celso Furtado ao longo de sua vida pessoal, acadêmica e profissional, a **Biblioteca Celso Furtado** possui uma coleção de mais de sete mil volumes que refletem as disciplinas que o fascinaram desde jovem: história, literatura, economia, filosofia, cultura. E, principalmente, o desenvolvimento econômico, com foco no Brasil e na América Latina.

Celso Furtado (1920-2004) formou-se em direito e entrou para o serviço público como técnico de administração e organização. Após o doutoramento em economia, em Paris, morou dez anos no Chile, onde integrou a equipe fundadora da CEPAL. Aí firmou e ampliou o leque de interesses que guiaram sua atividade de intelectual, professor e homem público: a compreensão do Brasil, o estudo e a teoria do desenvolvimento. Nos anos 60, implantou e dirigiu a Sudene e foi ministro do Planejamento. Durante os vinte anos de exílio lecionou nas universidades de Paris,

Cambridge, Yale, American e Columbia.

Nos anos 80 foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e ministro da Cultura.

Em 2006, deu-se início à organização do acervo pessoal de Celso Furtado, com a transferência dos livros que se encontravam em seus apartamentos no Rio de Janeiro e em Paris, e ao processamento das coleções que hoje compõem a Biblioteca, instalada na sede do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

A **Biblioteca Celso Furtado** é formada pelo acervo pessoal de Celso Furtado e pela coleção do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Possui mais de sete mil títulos, em especial nas áreas de economia, Brasil, América Latina, história, filosofia, cultura. Congrega a produção intelectual de seu titular, em português e em uma dúzia de línguas, artigos em revistas acadêmicas do mundo todo, desde os anos 40, relatórios, folhetos, obras de referência em ciências sociais, teses dirigidas por Celso Furtado. A videoteca tem dvd's com entrevistas suas e com as gravações das atividades acadêmicas do Centro.

• Serviços

- Acesso às bases de dados por internet
- Consulta ao acervo (local e on line)
- Reprodução de documentos
- Levantamentos bibliográficos
- Empréstimo da Coleção CICEF
- Sugestões de compras
- Videoteca



Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Av. República do Chile, 100 | Subsolo 1 – sala 16 | Centro – 20031-917 | Rio de Janeiro – RJ | Brasil | Tel: 55 21 2172-6312

biblioteca@centrocelsofurtado.org.br | www.bibliotecacelsofurtado.org.br | www.centrocelsofurtado.org.br

Horário de funcionamento: De 2ª a 6ª feira, das 14h às 18h

Patrocinadores



PUBLICAÇÕES DO CENTRO CELSO FURTADO

Conheça o catálogo das publicações do Centro Celso Furtado, com os respectivos sumários:

• CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO

Ano 1, n. 1, 2006: Atas do seminário internacional "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento", realizado em Brasília em novembro de 2005. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interno.php?cat=2&lg=pt&it=66&TpPag=1&mat=50>
ISSN 1809-8606 • 278 páginas



Ano 1, n. 2, 2006: Problemas de médio e longo prazos do desenvolvimento | Mudanças nas relações internacionais e na inserção do Brasil | Financiamento do desenvolvimento brasileiro | Dossiê Celso Furtado, com comentários do autor e seu livro Perspectivas da economia brasileira. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/55_20061209152814.pdf
ISSN 1809-8606 • 258 páginas



Ano 2, n. 3, 2007: Atas do seminário internacional "Pobreza e desenvolvimento no contexto da globalização", organizado pelo Centro Celso Furtado em julho de 2006. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/55_20070908202644.pdf
ISSN 1809-8606 • 316 páginas



Ano 3, n. 4, 2008: Dossiê América Latina: o perfil multifacetado dos movimentos sociais | Unasul: oportunidade para a participação cidadã | Gênero: decisão pioneira não decorre de cotas. Seminários: Os desafios da energia | Projetos estruturantes de integração territorial, Brasil e América do Sul | As comunicações | A questão metropolitana | Problemas e políticas da saúde. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Cadernos4texto.pdf>
ISSN 1809-8606 • 248 páginas



Ano 3, n. 5, 2008: A integração sul-americana e a globalização: Globalização e integração regional | Estrutura produtiva e especialização comercial, observações sobre a Ásia e a América Latina | Inserção externa e financiamento | Integração monetária e financeira em condições periféricas | Os dilemas da integração sul-americana. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Cadernos5texto.pdf>
ISSN 1809-8606 • 254 páginas



Ano 4, n. 6, 2009: Problemas e políticas da educação | A questão agrária | Perspectivas do desenvolvimento e inovação tecnológica | Desenvolvimento e impactos ambientais. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Cadernos6texto.pdf>
ISSN 1809-8606 • 242 páginas



Ano 5, n. 7, 2010 (no prelo): Atas do seminário internacional "O desenvolvimento regional do Nordeste" organizado pelo Centro Celso Furtado em outubro de 2009.

• MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO

Ano 1, n. 1, 2007: O debate teórico entre Celso Furtado e Ragnar Nurkse, nos anos 1950, e os respectivos artigos: "Formação de capital e desenvolvimento econômico", de Furtado, e "Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos", de Nurkse. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Memorias1texto.pdf>
ISSN 1981-7789 • 251 páginas



Ano 2, n. 2, 2008: O papel do BNDE na industrialização do Brasil - os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-80: Fontes documentais do BNDE | Programa de Reaparelhamento Econômico | Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos | A legislação. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Memorias2texto.pdf>
ISSN 1981-7789 • 426 páginas



Ano 3, n. 3, 2009: Entrevistas do Projeto Memória do BNDE (1982): Presidentes: Lucas Lopes, Roberto Campos, Marcos Vianna | Funcionários: Celso Furtado, Ignacio Rangel, Juvenal Osório, Maria da Conceição Tavares, Rômulo de Almeida, Sebastião Soares | Empresários: Claudio Bardella, José Mindlin, L. E. Vidigal, Einan Kok, Hessel Cherskassky, Eugenio Staub, Paulo Villares e Abraham Kasinsky. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Memorias3texto.pdf>
ISSN 1981-7789 • 388 páginas



Ano 4, n. 4, 2010: Relatório final da pesquisa O papel do BNDE na industrialização do Brasil - os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-80 | Entrevistas com Marcos Vianna, R. Saturnino Braga, Antonio Abade, Luciano Martins, Sebastião Soares. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/periodicos/Memorias4texto.pdf>
ISSN 1981-7789 • 324 páginas



EM COEDIÇÃO COM A EDITORA CONTRAPONTO:

• ARQUIVOS CELSO FURTADO

N. 1, 2008: "Ensaio sobre a Venezuela"
Um olhar pioneiro, Rosa Freire d'Aguiar | O desenvolvimento recente da economia venezuelana, 1957, C. Furtado | Notas sobre a economia venezuelana, 1974, C. Furtado | Celso Furtado na Venezuela, Carlos Medeiros | Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis, Abdelkader Sid-Ahmed | "O futuro se decide agora": entrevista a Lorenzo Batallán. Mais informações: www.contrapontoeditora.com.br
ISBN 978-85-7866-003-1 • 187 páginas • R\$ 32,00



N. 2, 2008: "Economia do desenvolvimento - curso ministrado por Celso Furtado na PUC-SP em 1975"

Um sonho de regresso, por Rosa Freire d'Aguiar | Economia do desenvolvimento, 1975, C. Furtado | A economia brasileira: 1850-1919 (1975), C. Furtado | A industrialização periférica (1975), C. Furtado | O capitalismo pós-nacional (1975), C. Furtado | Celso Furtado e a teoria econômica, por Luiz Carlos Bresser-Pereira | A primeira aula de Celso Furtado, entrevista a Claudio Cerri. Mais informações: www.contrapontoeditora.com.br
ISBN 978-85-7866-010-9 • 254 páginas • R\$ 40,00



N. 3, 2009: "O Nordeste e a saga da Sudene, 1958-64"

A batalha da Sudene, Rosa Freire d'Aguiar | A Operação Nordeste, C. Furtado | Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN), C. Furtado | Discurso de posse na Sudene (1960), C. Furtado | A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene (1962), C. Furtado | Para o Nordeste, 15 anos perdidos (1979), C. Furtado | Notas de uma entrevista com Celso Furtado, por Albert Hirschman | Depoimento na CPI sobre a Sudene (1978), por Francisco de Oliveira | O Conselho Deliberativo da Sudene, por Marcos Costa Lima | O GTDN e as exigências da atualidade, entrevista a João Salmito Filho, Adriano Bezerra de Menezes. Mais informações: www.contrapontoeditora.com.br
ISBN 978-85-7866-021-5 • 283 páginas • R\$ 40,00



• "O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E O NORDESTE HOJE", 2009.

Artigos de Celso Furtado, Tania Bacelar, Liana Carleial, Assuero Ferreira, Mauricio Coutinho, Marcos Costa Lima, Vera Cepêda, Aline Nadege de Sá, Cristovam Buarque, Clóvis Cavalcanti, Ricardo Ismael. Fotos de Gustavo Moura. Mais informações: www.contrapontoeditora.com.br
ISBN 978-85-7866-020-8 • 247 páginas • R\$ 36,00



COLEÇÃO ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento e subdesenvolvimento, de Celso Furtado, 2009.
ISBN 978-85-7866-019-2 • 234 páginas • R\$ 40,00



A economia do subdesenvolvimento, de A. N. Agarwala e S. P. Singh (orgs.), 2010. Artigos de Jacob Viner, Colin Clark, Gerald M. Meyer, Paul Baran, H. Myint, Simon Kuznets, W. W. Rostow, Henry C. Wallich, V. K. R. V. Rao, Henry J. Bruton, P. Rosentstein-Ródan, Ragnar Nurkse, J. Marcuse Fleming, Tibor Scitovsky, Celso Furtado, Alfredo Navarrete Jr, Ifigenia M. de Navarrete, R.S. Eckaus, Hans Singer, Arthur Lewis, Hollis Chenery, M. Bronfenbrenner.
ISBN 978-85-7866-025-3 • 502 páginas • R\$ 60,00



Mais informações: www.contrapontoeditora.com.br